



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

ANDREIA PEREIRA DA SILVA

**A VULNERABILIDADE DA INFÂNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA: A BOA
PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA TRAJETÓRIA DO PROJETO
AXÉ EM SALVADOR/BA**

**SALVADOR
2016**

ANDREIA PEREIRA DA SILVA

A VULNERABILIDADE DA INFÂNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA: A BOA PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA TRAJETÓRIA DO PROJETO AXÉ EM SALVADOR/BA

Monografia apresentada, com o objetivo de obter o grau de Bacharel em Serviço Social, conferido pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Me. Liane Monteiro Santos Amaral.

SALVADOR
2016

ANDREIA PEREIRA DA SILVA

A VULNERABILIDADE DA INFÂNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA: A BOA PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA TRAJETÓRIA DO PROJETO AXÉ EM SALVADOR/BA

Monografia apresentada, com o objetivo de obter o grau de Bacharel em Serviço, conferido pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, sob a orientação da Prof^a. Me. Liane Monteiro Santos Amaral.

Aprovada em: ____/____/____ com nota: _____

Liane Monteiro Santos Amaral – Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Mestra em Políticas Sociais e Cidadania. Especialista em Psicologia Transpessoal aplicada à Educação e Gestão de Pessoas (EBMSP). Formação em Teatro Educação (UFBA).

Dedico esse trabalho a Deus, aos meus pais e irmãos, aos amigos queridos, que viveram comigo esse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** pela sua misericórdia e cuidado com minha vida. Dele e para ele provêm todas as coisas.

Aos **meus pais** pelo apoio constante, pelo carinho presente e sincero, por me amar incondicionalmente.

Aos **meus irmãos** pela amizade e amor, por acreditarem em minha capacidade e comemorarem comigo essa conquista.

A minha **mãe Luciana**, por me ouvir nos momentos de angústia, por me ajudar quando precisei, por se preocupar com minha permanência em Salvador e providenciar o que eu precisava sempre de maneira atenciosa e amorosa.

A minha eterna supervisora **Eliane Rodrigues**, por conduzir meus primeiros passos no Projeto Axé, por me ensinar e me puxar a orelha quando necessário, pela atenção e pela contribuição a esse trabalho.

Aos meus amigos **Bruno Cerqueira, Eliezer Andreoli, Mário Luciem, Flávia Lima, Josemeire de Jesus, Vânia Mota, Taiana Aguiar, Hortência Salvador, Cleonice Lima, Clenilson Lima, Cleomara Lima** por estarem próximos a mim, por terem o coração aberto e uma palavra amiga, pela sensibilidade e amizade minha eterna gratidão.

Ao **Centro Acadêmico de Serviço Social Dandara (CASSDAN)**, agradeço pela experiência, pela troca, pelos ensinamentos, nessa jornada de militância. Com os camaradas de luta aprendi e cresci, tive oportunidade de enxergar a trajetória acadêmica por outro viés. Estar no **CASSDAN** seguramente ampliou minha criticidade e conhecimentos. Por tudo meu muito obrigado, “o pulso ainda pulsa e um militante ainda é pouco”.

A **Gerência de Família Juventude e Comunidade**, obrigada pelo aprendizado, pela oportunidade, com essa equipe fui transportada a cidade invisível, ao beco do sabão, a educação de rua, aos acompanhamentos em comunidades. O estágio certamente reflete o momento que me apaixonei pelo serviço social. Agradeço pessoalmente a **Luana Régis** minha supervisora de campo atual, **Raimunda Neris** pela sinceridade e ensinamentos, aos estagiários, **Bruno Cerqueira, Elaine Lubarino e Alan Silva** pela troca de conhecimentos e amizade, a **Carmélia Sampaio** pela contribuição a pesquisa e troca de conhecimentos.

Agradeço a oportunidade de trabalhar com as **Mães do projeto Ford**, essa enriquecedora experiência trouxe mais alegria e brilho aos meus dias no Projeto Axé. Essas mães com seus relatos cotidianos, com a alegria por estarem aprendendo uma atividade, com a certeza que dias melhores virão. A fé e a felicidade que vivem, apesar das adversidades é realmente contagiante. Obrigada a **Queila Brito** pela amizade e por me orientar no trabalho com as mães, você conduz o trabalho de maneira muito firme, mas com humor e doçura, obrigada por me ouvir e pelas palavras sinceras. Sentirei saudades.

Agradeço ao senhor **Cesare Florio La Rocca** por viver esse sonho, por acreditar e por construir um Projeto que atende e responde a essa tão importante demanda que são as crianças e adolescentes da cidade de Salvador. Obrigada pela oportunidade.

Agradeço as minhas professoras da **Universidade Católica do Salvador** por me acompanhar e me ensinar durante esses quatro anos de formação. Agradeço a minha supervisora acadêmica e orientadora **Liane Monteiro** pela escuta, pelo cuidado e principalmente por ensinar de maneira leve, por ensinar com amor e respeito, pela sensibilidade, pelas palavras firmes e pelas gargalhadas sempre nos momentos certos.

Agradeço pessoalmente as minhas professoras **Fátima Lepikson, Caroline Ramos, Irani Lessa, César Vaz, Noilton, Maria Léa Fagundes** pelas aulas enriquecedoras.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente com a realização dessa conquista, a todos meu muito obrigado.

“Não é no silêncio que os homens se fazem,
Mas, na palavra, no trabalho, na ação-
reflexão”.

(PAULO FREIRE)

SILVA, Pereira Andreia. **A vulnerabilidade da infância em situação de rua: a boa prática do acompanhamento familiar na trajetória do Projeto Axé em Salvador/BA.** 2016. 92fl. Monografia (Graduação em Serviço Social) Universidade Católica do Salvador - UCSal. Salvador, 2016.

RESUMO

A pesquisa foi realizada baseada na experiência de estágio, na análise documental dos educandos e no relato da assistente social co-fundadora do Projeto Axé. Analisamos a trajetória da instituição e da gerência de família, com foco no acompanhamento familiar. Ao longo do estudo é possível acompanhar a trajetória da instituição e a boa prática do acompanhamento familiar como estratégia para transformação das famílias e educandos. Como resultados gerais deste estudo levantaram dados a fim de compreender a relevância do acompanhamento familiar, para os educandos e suas famílias. A pesquisa relevou problemas de registro e evidenciou casos que precisavam de revisão tanto do acompanhamento, como reposição de documentos. As lacunas apontadas pelo estudo foram discutidas em equipe, as ações para resolução estão em andamento.

Palavras-chave: Projeto Axé. Família. Educandos. Acompanhamento. Escuta. Infâncias. Situação de rua.

SILVA, Pereira Andreia. **The vulnerability of street children: the good practice of family support in the Axé Project in Salvador/BA.** 2016. 92fl. Monograph (Graduation in Social Work) Catholic University of Salvador - UCSAL, Salvador, 2016.

ABSTRACT

The research was carried out based on the internship experience, the documentary analysis of the students and the report of the social worker co-founder of the Axé Project. We analyze the trajectory of the institution and the family management, focusing on family support. Throughout the study it is possible to follow the institution's trajectory and the good practice of family accompaniment as a strategy for the transformation of families and learners. As general results of this study, data were collected to understand the relevance of family counseling for learners and their families. The research revealed registration problems and evidenced cases that needed revision of both follow-up and replacement of documents. The gaps pointed out by the study were discussed in a team, the actions for resolution are in progress.

Keywords: Axé project. Family. Learners. Accompaniment. Listening. Childhood. Street situation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Linha do Tempo do Projeto Axé	40
Gráfico 02 - Fluxo de atendimento na gerência de família	55
Gráfico 03 - Regiões de maior incidência de educandos	

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal (1988)
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ONG	Organizações não Governamentais
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
SEADE	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UNICEF	Fundo das nações unidas para infância
USP	Universidade de São Paulo
VD	Visita Domiciliar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	INFÂNCIAS BRASILEIRAS: HISTÓRIA, CONTEXTOS FAMILIARES E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS NA CONTEMPORANEIDADE	14
2.1	HISTÓRIA SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	14
2.2	A PRECARIZAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA E SEUS REBATIMENTOS PARA INFÂNCIA	23
2.3	AS CALÇADAS COMO MORADAS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E INTERFACES COM A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS).....	30
3	UMA TERRA, UM SONHO: A TRAJETÓRIA DO PROJETO AXÉ E SUA PRÁTICA COM FAMÍLIAS COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO	35
3.1	O PROJETO AXÉ E O ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS E SUAS FAMÍLIAS.	35
3.2	LINHAS DO TEMPO: TRAJETÓRIA DE TRABALHO COM FAMÍLIAS NO PROJETO AXÉ.	40
3.3	O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO PROJETO AXÉ	47
3.3.1	A metodologia do Acompanhamento Familiar	50
3.3.2	Desafios para a boa prática do Acompanhamento Familiar	51
3.3.3	O Fortalecimento do Acompanhamento Familiar Transmitindo Experiências	52
3.4	ANALISANDO OS INDICADORES: QUAIS QUESTÕES SÃO RESPONDIDAS PELA BOA PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR	52
3.4.1	1º Escuta	57
3.4.2	Acompanhamento Familiar	58
3.4.3	Educandos abrigados	59
3.4.4	Educandos matriculados na Escola	60
3.4.5	Educandos sem Informação	61
3.4.6	Dados Pessoais	62
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	68
	ANEXOS	70

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico está inserido no campo de pesquisa em Serviço Social, mantendo interfaces com o campo de infâncias, juventudes, educação não favorável e família. É do tipo quantitativo exploratório e tem como objetivo evidenciar a trajetória do Projeto Axé, com foco no acompanhamento familiar ao longo dos 26 anos de história. Este estudo trabalha temáticas relativas ao público atendido pelo Projeto Axé e suas interfaces com a rede, políticas públicas e o Estado.

Na primeira sessão contextualizamos as infâncias brasileiras, relacionando com a garantia de direitos. Entender de que maneira as crianças e adolescentes foram tratadas com o passar das décadas foi um esforço necessário para compreender as vulnerabilidades e negação de direitos na contemporaneidade. Ainda na primeira sessão o leitor tem oportunidade de acompanhar o desenvolvimento jurídico, no que se refere a políticas e leis para amparar as crianças e adolescentes no Brasil.

A primeira sessão também trata da questão de crianças e adolescentes em situação de rua tendo como referência a PNAS. Na segunda sessão apresentamos a instituição com dados de fundação e funcionamento. Esses dados foram coletados ao longo da experiência de estágio e foram relacionadas no projeto de intervenção.

No item 3.2 é possível acompanhar a trajetória tanto da instituição quanto da gerência de família juventude e comunidade, através de relato da assistente social co-fundadora do Projeto Axé. Após a compreensão histórica do Projeto Axé e da gerência de família, aprofundamos a temática do acompanhamento familiar realizado na instituição. O item 3.3 dedica-se a informar de que maneira o acompanhamento agrega as famílias e aos educandos.

Nesse sentido, buscou-se pesquisar parte do público atendido, a fim de compreender a atuação da gerência de família. Foram verificadas 138 pastas dos educandos ativos na unidade do Pelourinho no período vespertino. A pesquisa foi realizada por amostragem visto que o público total seria das duas unidades (Pelourinho e Barroquinha) em ambos os períodos.

A pesquisa realizada deu origem ao problema que fomentou o desenvolvimento desse trabalho. Verificou-se que havia problemas com o registro das informações e

comunicação entre equipes. O projeto de intervenção realizado na disciplina de estágio foi bem acolhido pela gerência de família. Muitos dos problemas apontados encontram-se em processo de resolução.

A última sessão, as Considerações Finais e os resultados alcançados pelo estudo.

2 INFÂNCIAS BRASILEIRAS: HISTÓRIA, CONTEXTOS FAMILIARES E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS NA CONTEMPORANEIDADE

Nesta sessão, será abordada a história social das crianças e adolescentes tendo como recorte inicial a escravidão. O foco do estudo é no Brasil, foram utilizados pensamentos de diversos autores para explicar a trajetória das crianças e adolescentes e a implantação de legislações que ao longo do tempo promoveram amparo a essa camada social.

2.1 HISTÓRIA SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

As fragilidades da infância começam no Brasil com a escravidão, as crianças escravas que chegavam vivas ao porto correspondiam a 4% tendo como base o total de escravos transportados nas longas viagens transatlânticas. Não havia um mercado exclusivo de crianças, elas eram comercializadas ao final da infância ou doadas ao nascer.

As crianças escravas morriam cedo, dois terços delas antes de completarem um ano de vida e 80% até cinco anos. As que sobreviviam ficavam órfãs, pois os pais faleciam devido ao trabalho extenuante e maus tratos.

O menino crioulo sobrevivente não ficava só. A consolá-lo, existia, uma rede de relações sociais escravas, em especial as do tipo parental. Muito possivelmente ele teria irmãos, um ou outro tio, primos, além de, por vezes, avós que poderiam viver dentro e fora de seu plantel. A extensão de rede familiar dependia, em muito, da flutuação do tráfico atlântico. (GÓES 2007).

As crianças escravas logo que se colocavam em pé aprendiam algum ofício. As mais próximas ao senhor eram humilhadas ou submetidas a pequenos trabalhos para auxiliar os filhos dos senhores (crianças livres). Não restava muita infância para as crianças escravas que acabavam acompanhando os pais no trabalho. Aos 14 anos já faziam o mesmo trabalho dos adultos.

Entre os anos de 1821 e 1823 a educadora inglesa Graham esteve no Brasil e fez o seguinte comentário:

O crioulo é uma criança estragada, até que fica bastante forte para trabalhar então, sem nenhum hábito prévio de atividade, espera-se que ele seja industrioso; tendo passado a existência a comer, beber e correr por aqui e por ali, nos termos da igualdade familiar, espera-se que seja obediente. (GRAHAM, 1956, p.345-346)

No ano de 1871 foi promulgada a lei do ventre livre em resposta às pressões feitas pela Inglaterra para que o Brasil libertasse os escravos. Essa lei dizia que todos os filhos de escravas nascidos após a lei estariam livres. Porém, na prática as crianças ficavam sob a custódia do senhor até os vinte e um anos e nesse período eram escravos como os outros.

O Brasil foi um dos últimos países a abolirem a escravidão, obviamente ainda que tardia a abolição foi um passo importante em busca da igualdade, porém o ranço escravista e os problemas sociais perduraram nos anos seguintes e ainda encontramos resquícios na contemporaneidade.

Entre o Império e a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 muitas ações referentes ao trato com crianças e adolescentes permanecerão inalteradas. O estado não possuía uma política efetiva para responder a questões de delinquência e criminalidade entre crianças e jovens. Elas eram mandadas para internatos, orfanatos e por vezes voltavam para suas famílias.

Os problemas não eram resolvidos, as crianças a margem social viviam nesse ciclo promovido pela desigualdade. Segundo Passetti (2007) as práticas filantrópicas e as políticas sociais valorizavam a internação de crianças e adolescentes sem encontrar soluções efetivas. O autor expressa as condicionalidades do internamento no fragmento a seguir:

A internação traz o sentimento de revolta no residente porque ali se anuncia, para ele, a sua exclusão social. Solidários com os internos, outros profissionais propõe a abolição das instituições de recolhimento e internação defendendo outras maneiras para lidar com o abandono e infrações. (PASSETTI, 2007).

Com a proclamação da república veio a esperança da democracia e da garantia de direitos. O que se seguiu foi um século em que as crianças e adolescentes experimentaram crueldades inimagináveis vindas do núcleo familiar, da escola, da sociedade e de confrontos em internatos e na rua.

A precariedade e as dificuldades de sobrevivência aumentaram o abandono de crianças a própria sorte ou com pouca assistência familiar. As políticas assistencialistas e os poucos orfanatos da nova república já não davam conta de atender a demanda social. Ficou evidente a ineficácia do Estado no que tange políticas públicas para assistência das crianças, adolescentes e suas famílias.

As crianças da periferia tinham pouco acesso à educação e cultura, as experiências e exemplos vistos e vividos na infância as impeliam para delinquência. Nesse contexto constitui-se a ideia que as crianças iniciavam na marginalidade por problemas familiares. O Estado começou a cuidar de tarefas relacionadas a educação, saúde e punição para crianças e adolescentes.

Passetti (2007) situa no tempo a intervenção estatal no que se refere a camada mais pobre da sociedade:

Desde o tempo dos imigrantes europeus que formaram os primeiros contestadores políticos até o dos imigrantes nordestinos que criaram os mais recentes líderes dos trabalhadores, o Estado nunca deixou de intervir com o objetivo de conter a alegada delinquência latente nas pessoas pobres. Desta forma, a integração dos indivíduos na sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado por meio de políticas sociais especiais destinadas às crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinquência e a criminalidade. (PASSETTI, 2007).

Durante o século XX o Estado passa a defender a família monogâmica e estruturada. Para manter a ordem pública, o Estado zela pela educação estatal obrigatória e investe na intermediação de crianças e adolescentes para o trabalho. A caridade das instituições religiosas sede lugar para as ações governamentais a partir dos anos vinte através de políticas sociais.

Na Constituição de 1934 a educação aparece pela primeira vez como direito de todos independente da classe social. O artigo 149 dizia:

Art. 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes, proporciona-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Ao longo dos anos os moldes educacionais foram mudando de acordo com o regime (democrático ou totalitário) adotado no país. Passados três anos temos a criação de uma nova constituição inspirada no fascismo italiano, portanto totalitária, ela afirmava no artigo 129 que:

Art.129. À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios, assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. (BRASIL, 1937)

Em 1946 com o fim da ditadura de Vargas foi criada uma nova constituição que dizia em seu artigo 166 que: “a educação é direito de todos e será dada no lar ou na escola”. O regime ditado por Vargas dura 18 anos e foi superado pela ditadura militar que promoveu um retrocesso na incessante busca pela democracia. A constituição criada pela ditadura dizia em seu artigo 168 que:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana. (BRASIL, 1946)

Durante a ditadura militar o processo democrático sofre retrocessos que implicaram negativamente na situação já precária das crianças e adolescentes no Brasil. A ditadura começou em abril de 1964 e só teve seu fim em 1985, durante esse período o Estado intensificou as ações de marginalização dos chamados

subversivos. A década de 60 foi marcada pela intolerância social dos ditos diferentes.

Os que não se enquadravam na ordem social eram penalizados e torturados. Segundo Passeti (2007), a ditadura militar tortura os subversivos ao mesmo tempo em que apresenta a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem à população, como um lugar exemplar de educação ao infrator.

A lei de segurança nacional aliada à política nacional do bem-estar do menor propunha a mudança no tratamento de jovens e adultos subversivos para torná-los jovens responsáveis. Essa tentativa foi um fiasco é só serviu para estigmatizar crianças e jovens periféricos como menores perigosos.

Desde o código do menor de 1927 até a política nacional de assistência do Bem-estar do Menor que ficou consagrada no código de menores de 1979 (lei federal n. 6.697, de 10 de outubro de 1979), foram mais de sessenta anos usando da prática de internação para crianças e jovens independentemente de tratar-se de regime político democrático ou autoritário. Em certos momentos, a ênfase esteve na correção de comportamentos noutros, na educação para a integração social. No passado enfatizava-se o atendimento especializado, agora tecia-se loas ao interdisciplinar. Entretanto estes deslocamentos criaram, sem sombra de dúvidas, um diversificado setor de empregos para especialistas e construtores civis, atingindo-se ou não as metas pretendidas com os internos. (PASSETTI 2007).

Superada a ditadura militar foi elaborada uma nova constituição que começou a vigorar em 1988. Ela diz em seu artigo 205 que:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, CF, 1988).

Todo esse percurso jurídico nos mostra que o Estado foi aperfeiçoando o controle sobre a educação, segundo Passeti (2007) esses meios de controle foram criados para superar os fracassos da família por meio de escolas e internatos

especiais. O Estado busca um maior controle social através de políticas públicas de adequação das crianças e jovens ao modelo imposto pelo Estado.

Percebe-se grande responsabilização da família no processo de educação e promoção de valores morais as crianças e adolescentes, o estado desconsidera totalmente as condições de precariedade e vulnerabilidade pelas quais as famílias estavam submetidas.

O autoritarismo estatal fomentou a discussão acerca da carência de políticas públicas que respondessem as demandas da infância e juventude. Com o estudo do tema foi possível perceber as condições de precariedade e vulnerabilidade pelas quais a população infanto-juvenil passava.

Por toda parte, situações críticas ocultas – ou tratadas com indiferença – ficaram evidentes. A comoção pública e o movimento de entidades da sociedade civil em torno da questão dos menores ensejavam conquistas sociais expressivas. (FREITAS, 1997).

Segundo Souza¹ (2011) do Instituto de Psicologia da USP as crianças desenvolvem capacidade de aprimorar suas habilidades ao longo do tempo. Essa estudiosa se baseia nas teorias de Jean Piaget, Vygotsky e Wallon. Esses autores defendem teorias que priorizam a interação e a construção, ou seja, todo conhecimento parte de algum lugar, nada acontece sem interação e não há nada que não passe por uma construção.

O professor Taille² do Instituto de Psicologia da USP (2011) salienta que os projetos de desenvolvimento humano abarcam o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor. Ele nos diz que o desenvolvimento se dá por etapas, pode acontecer de certos estágios não serem alcançados, pois é necessário que haja uma construção do ponto de vista do sujeito e que o meio social demande essa construção.

¹Maria Thereza Costa Coelho de Souza. Professora Associada, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Instituto de Psicologia, USP (2007).

²Yves de La Taille. Professor Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Ministra aulas de Psicologia do Desenvolvimento e desenvolve suas pesquisas na área de Psicologia Moral, tendo publicado diversos artigos, capítulo de livros e livros sobre o tema. Seu Livro MORAL E ÉTICA, DIMENSÕES EDUCACIONAIS E AFETIVAS (Artmed, 2006) recebeu o prêmio Jabuti em 2007.

Quando refletimos sobre a fala de Taille (2011), percebemos que as dificuldades e limitações de crianças e adolescentes estão associadas ao meio em que vivem. Se o meio social tem papel crucial no desenvolvimento de habilidades e essas são construídas ao longo do tempo podemos dizer que as dificuldades de relacionamento, escolares e cognitivas percebidas no público alvo desse estudo tem sua gênese no processo de desenvolvimento comprometido.

A interação social desempenha um papel importante no desenvolvimento de habilidades prévias à alfabetização, da memória e da inteligência (PAPALIA, 2006). A construção cognitiva trata da imagem que temos de nós mesmos, quem somos, nossas habilidades e personalidade. Um modo de avaliar a si mesmo que determina como nos sentimos e orientamos nossas ações. (HARTER, 1996, p.207).

As crianças internalizam a imagem de si como as outras pessoas as veem. Segundo Papalia (2006) as emoções e seu processo de desenvolvimento tem origem social e está ligada aos padrões de comportamento dos pais.

A criança só tem capacidade de determinar sua autoestima a partir dos oito anos de idade, antes disso, elas tendem a aceitar o julgamento dos adultos. Papalia (2006) diz ainda, que somente na terceira infância as avaliações pessoais de competência e de adequação (baseadas na internalização dos padrões dos pais e da sociedade) normalmente tornam-se críticas na formação e na manutenção de um senso de valor próprio.

Os estímulos que a criança recebe são muito importantes para o seu desenvolvimento, como por exemplo, se ela é criticada constantemente de maneira agressiva vai entender que não é boa o bastante para essa ou aquela atividade. O sentimento de impotência pode durar até a idade adulta.

Para, além disso, na segunda infância a criança já tem noção das diferenças entre meninos e meninas. As diferenças de gênero são de ordens psicológicas ou comportamentais entre os sexos. (PAPALIA, 2006). A criança já entende nessa fase que cada gênero tem seu papel social. Exemplo: os homens saem para trabalhar e

as mulheres cuidam da casa, nessa etapa ainda não existe a criticidade sobre os padrões impostos pela sociedade.

Segundo Papalia (2006) a partir da pré-escola já se nota diferença entre o comportamento de meninos e meninas. Os meninos mais agressivos e competitivos enquanto as meninas são mais empáticas e cordatas. O autor salienta diferença nas habilidades, algumas inerentemente masculinas e outras femininas seguindo a ordem cultural e social. A partir da teoria cognitiva social de Albert Bandura (1986; BUSSEY; BANDURA, 1999), uma versão expandida da teoria da aprendizagem social, as crianças aprendem os papéis de gênero através da socialização. Bandura vê o desenvolvimento de gênero como resultado da interação entre uma complexa garra de influências pessoais e sociais.

Em geral, os meninos são mais fortemente socializados por gênero em relação a preferências quanto ao brincar do que as meninas. Os genitores, principalmente o pai, tendem a mostrar maior desconforto se um menino brinca com uma boneca do que se uma menina brinca com um caminhão (LYTTON; ROMNEY, 1991). As meninas desfrutam mais liberdade do que os meninos nas roupas que vestem, nos jogos que jogam e em sua escolha de parceiros para brincar (MIEDZIAN, 1991, p.37 *apud* PAPALIA, 2006).

Tanto na abordagem psicológica como na social a família é tida como parte importante no processo de desenvolvimento e construção do ser humano. Inclusive o teórico que embasa esse pensamento Papalia (2006) sempre relaciona o meio social com o desenvolvimento.

É importante salientar que existe amor em todas as relações das famílias com os educandos, porém as famílias acreditam verdadeiramente que o melhor modo de educar é sendo duro e incisivo para não deixar dúvidas de como a criança deve proceder no meio familiar.

É comum as mães relatarem que a criança não tem vez que deve obedecer sem questionar. Como citado no início do texto é imprescindível que as crianças e adolescentes tenham estímulos positivos para se desenvolverem de maneira adequada.

Os estímulos negativos geram a impotência, por acreditar que não é capaz a criança e/ou adolescente não realiza.

Na proposta do SUAS, é condição fundamental a reciprocidade das ações da rede de proteção social básica e especial, com centralidade na família, sendo condensado o estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, bem como a definição de portas de entrada para o sistema. Assim, a nova relação público e privado deve ser regulada, tendo em vista a definição dos serviços de proteção básica e especial, a qualidade e o custo dos serviços, além de padrões e critérios de edificação. Neste contexto, as entidades prestadoras de assistência social integram o Sistema Único de Assistência Social, não só como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais, mas como cogestoras através dos conselhos de assistência social e corresponsáveis pela garantia dos direitos sociais em garantir direitos dos usuários da assistência social. (BAHIA, 2006, p.35).

A política de assistência social compõe o conjunto protetivo da seguridade social unida a universalidade. São considerados os aspectos socioculturais das famílias, uma vez que esse determina padrões. Inclusive a política de assistência tem papel emancipatório no que diz respeito a imposições sociais e estereótipos.

Busca-se uma interpretação mais ampla do que a estabelecida na lei, já que não é somente o beneficiário que possui dificuldades de subsistência, sua família também possui. Dentro do princípio da universalidade, portanto, objetiva-se a manutenção e a extensão de direitos, em sintonia com as demandas e necessidades particulares expressas pelas famílias. (BAHIA, 2006).

Neste tópico serão abordados assuntos referentes às dificuldades pelas quais a família brasileira passou e passa para manutenção e subsistência dos seus dependentes. A infância tem forte influência negativa desse processo de vulnerabilidade e exposição pelo qual o núcleo natural considerado a base e estrutura de desenvolvimento estão submetidos. O tópico faz uma correlação com o SUAS para exemplificar ao leitor o que preconiza a política e o que de fato ocorre, deixando clara as debilidades nas intervenções estatais.

2.2 A PRECARIZAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA E SEUS REBATIMENTOS PARA INFÂNCIA

Durante a escravidão o número de homens era muito maior, o tráfico de escravos favorecia a captura de homens devido as necessidades de trabalho. Os senhores tratavam coercitivamente as formas de solidariedade entre os cativos:

A família escrava não apenas a 'linhagem', mas também a família conjugal/nuclear, com pai presente na vida dos filhos praticamente inexistiu. Perdidos uns dos outros sem laços sociais para recriar sua cultura e identidade, os escravos eram reduzidos a condições anômicas de existência. (SLENEI, 1998).

Não demorou muito para que os negros constituíssem em si a vontade de resgatar a vida que tinham na África. Nesse contexto temos o surgimento dos quilombos, os escravos que conseguiam fugir se refugiavam na mata em locais bem afastados e escondidos.

O quilombo mais famoso da história foi o de palmares³ Os escravos que conseguiam fugir tentavam reestabelecer costumes ligados à sua cultura, constituíam família e tentavam resgatar os que ainda não tivessem obtido êxito na fuga.

Com a invasão holandesa muitos senhores de engenho abandonaram suas propriedades, esse fato contribuiu para a fuga em massa de escravos. Nessa época o quilombo de palmares chegou a abrigar 50 mil escravos. Tanto os holandeses como o governo insurgiram em combate contra os escravos fugidos. O quilombo acabou derrotado tendo morrido muitos escravos e seu líder zumbi dos palmares.

O modelo familiar que temos durante a escravidão é do da família burguesa socialmente aceita dentro dos padrões de moralidade adequados a sociedade da

³ O quilombo dos Palmares nasceu de escravos fugidos, principalmente, dos engenhos de açúcar pernambucanos, que se agruparam inicialmente a cerca de 70 quilômetros a oeste do litoral de Pernambuco, na Serra da Barriga, local de densas florestas de palmeiras (daí o nome Palmares), com terreno acidentado, o que tornava o acesso mais difícil. Fragmento retirado do site: basilio.fundaj.gov.br.

época. A criança tinha acesso à escola, cultura e salvo algumas exceções viviam em famílias estruturadas.

Apesar da clara hegemonia burguesa, durante a escravidão os senhores permitiam o casamento entre os escravos como uma forma de promover a paz na senzala. Já é sabido que filhos de até doze anos viviam com os pais ou então com a mãe, a igreja recomendava que não fossem separados.

Os escravos que casavam construíam sua própria moradia e não utilizam mais a senzala coletiva. Os senhores permitiam que cultivassem a terra e vendessem a produção. Porém essa constituição familiar foi negada durante anos por muitos historiadores segundo Castro (2002).

Segundo Florestam (1964), durante o processo de abolição os senhores foram eximidos da responsabilidade com os escravos, agora homens livres. O escravo de uma hora para outra ficou responsável por si e seus dependentes. A preocupação da burguesia em relação a abolição estava atrelada a manutenção da lavoura. Os senhores estavam preocupados com seus interesses.

Obviamente o contexto social pós abolição contribuiu para já precarizada situação das crianças e adolescentes. Os homens agora livres quando conseguiam trabalho ganhavam valores muito abaixo de homens livres brancos. O preconceito era muito grande, a sociedade burguesa não via razão para par os negros, uma vez que a pouco tempo atrás eles trabalhavam de graça. A situação se agravou com a imigração europeia.

Nesse contexto as famílias de baixa renda não tinham condições de cuidar dos filhos, o Estado era omissos com a causa e as crianças não possuíam direitos garantidos por lei.

O autor Singly (2002) diz que historicamente a família desempenhou funções de reprodução biológica, social e de identidade. Nas décadas passadas as famílias numerosas não tinham por parte do Estado incentivo ou benefícios referentes a moradia e melhores condições de vida e trabalho. Com o passar do tempo a preocupação com o planejamento familiar constitui-se em uma política pública ainda que insuficiente para responder a questões da sociedade e da família.

Singly (2002) defende que a construção de identidade está mais relacionada com a troca de amor e afetividade entre os membros do grupo familiar. As

dimensões biológicas e sociais são partilhadas com o Estado, logo a presença do Estado na regulação da vida familiar é inegável.

Historicamente, nota-se a tendência da família a ser sobrecarregada diante da incapacidade do mercado e do Estado de prover segurança material às pessoas. Goldani (2001), ao analisar a família como fator de proteção social, mostra a absorção por essa de maiores responsabilidades diante da fragilidade das ações estatais, amortizando o impacto das políticas econômicas e da reestruturação capitalista sobre o mercado de trabalho. (ITABORAI, 2005).

Estudos comprovam que a distribuição de capital e a capacidade de acumular recursos eram consideravelmente mais baixas entre os trabalhadores negros e pardos. Essa pesquisa foi feita em 2003. Se pensarmos no pós-abolição e nos anos de 1900, temos então uma família vulnerabilizada e em condições precárias de vida e temos a família burguesa, que apesar do impacto da perda de mão de obra, permaneceram com seus privilégios e se adaptaram para garanti-los.

Não tivemos no Brasil um Estado de bem estar, logo a crise salarial (diferença de ganhos e baixos ganhos entre os trabalhadores), misturaram excluídos de longa data e os mais recentes inválidos pela precarização promovida pelo capitalismo.

Como a família se relaciona com esse contexto de desproteção social no Brasil? Realça-se que tradicionalmente a família tem sido um meio de mobilizar mais trabalhadores para suprir situações de vulnerabilidade social (PASTORE *et al.*), mas como salienta Goldoni no contexto atual vive-se o processo perverso de passagem da mobilização de recursos da pobreza para a pobreza de recursos. (ITABORAI, 2005).

Desde o Brasil colônia a documentos que comprovam que a falta de apoio as famílias de baixa renda determinaram o abandono de crianças por pais sem condições de sustenta-las. Algumas mães desesperadas com a falta de recursos entregavam seus filhos a roda dos expostos na esperança que tivessem melhores condições de vida, mas na verdade esse ato aumentou os índices de mortalidade infantil.

Venâncio (1999) destacou em sua obra a perversidade institucional entre os séculos XVIII e XIX, disse que o único apoio estatal nessa época se dava pelo abandono de crianças.

Entre os séculos XVIII e XIX tivemos o avanço da medicina e as discussões a cerca da saúde aumentaram. Verificou-se que a proliferação de doenças infectocontagiosas estavam diretamente ligadas as condições de vida insalubres e moradias precárias. Paralelo a isso temos a insatisfação da classe trabalhadora e as constantes mobilizações por meio de greves.

O Estado promove políticas de higienização da cidade, mobilizando o povo em prol de uma utopia de civilidade. É importante salientar que o dito avanço medicinal promoveu ao Estado mais controle tendo como respaldo a manutenção de doenças. As visitas sanitárias se intensificaram.

A partir de então as cidades passam a adotar o modelo burguês tanto nas construções como nas normas e condutas morais. Foram dadas as famílias o mínimo para viverem de acordo com as normas e padrões sociais impostos. Nesse período temos a criação das vilas operárias.

A habitação foi saneada, incentivando-se as casas individuais com dormitórios isolados para garantir um ambiente moral - em substituição aos cortiços vistos como espaços de promiscuidade - numa clara associação da família nuclear (excluindo estranhos) a grupo doméstico (residente em casas individuais que deveriam ser baratas para desincentivar sublocações). No campo da saúde, há o debate sobre os requisitos para se ter uma descendência saudável, que culmina nos exames pré-nupciais e propostas de leis que impeçam casamentos indesejáveis do ponto de vista eugênico, colocando a sexualidade à serviço da nação. A regulamentação do trabalho feminino - e o desincentivo desse como um interesse do Estado (o casamento e a criação de filhos seriam as escolhas mais relevantes para a nação) - e da educação das mulheres também serviu para fomentar o modelo tradicional de divisão do trabalho, que priorizava as tarefas domésticas femininas e o lugar de provedor para os homens. (ITABORAI, 2005).

Obviamente essas tentativas estatais para “respaldar” a classe trabalhadora não foram suficientes como resposta para as demandas desse povo a muito esquecidos. As crianças que não ficavam em abrigos povoavam as ruas, as praças

cometendo pequenos delitos, os ditos vagabundos eram hostilizados pela sociedade e punidos pelo estado.

A história do Brasil em sua gênese não privilegiou a família pobre de baixa renda. Obviamente que com as condições oferecidas pelos pais restavam pouco as famílias. Ainda assim o Estado e a sociedade faziam o que podiam para estereotipar essa classe e punir sempre que possível.

O governo começou a intensificar as políticas públicas em função da sociedade marginalizada e suas famílias. Com o claro objetivo aumento da produtividade e manutenção da ordem pública. O abono familiar oferecido aos trabalhadores favorecia os casados e com filhos, os financiamentos habitacionais também privilegiavam essa camada social. As intervenções estatais, mesmo as que beneficiavam a classe trabalhadora giravam em torno do modelo familiar burguês.

Segundo Fonseca (2001) nos anos 70 inicia-se o debate sobre a concentração de renda no Brasil. Inicialmente foi sugerido corte do imposto de renda. Bacha e Unger sugeriram programas de renda mínima para eliminação da miséria. Somente em 1991 o então senador Eduardo Suplicy propôs um programa de renda mínima independente das características familiares. Porém, o projeto não teve andamento, pois, argumentou-se a necessidade de focalização da política em famílias pobres com filhos em idade escolar devido as condições de vulnerabilidade desse público.

Imerso nesse caldo histórico estão as crianças e adolescentes que até o momento em sua maioria compunham famílias que mal conseguiam se sustentar com dignidade. Reis (2012) detalha esse processo no fragmento abaixo:

Diante dessa condição de pobreza que lhes foi atribuída, muitos tiveram que recorrer aos roubos e a pedir esmolas nas vias públicas para poderem sobreviver. Silva (2009) destaca que toda essa situação resultou na criação de leis repressivas “contra a vadiagem” que forçavam esta população a aceitar subempregos com remunerações baixas. Estas condições de trabalho não lhes davam garantia de atendimento das suas necessidades básicas e não lhes davam também a possibilidade de se reconstituírem na sociedade, sendo assim, continuavam a viver em condições precárias, nas ruas ou em locais de riscos (REIS, 2012, p.13-14).

Segundo Jesus (2016) o que foi destacado por Reis (2012) configura uma problemática social que constitui o fenômeno da situação de rua. Esse fenômeno tem sua gênese na sociedade capitalista que se estabeleceu no final do século XVIII, esse processo retirou trabalhadores do campo para cooptação de mão de obra barata nas indústrias deixando muitos sem emprego e em condições de extrema pobreza.

A Constituição Federal de 1998 em seu artigo 226, a família é a base da sociedade e tem especial proteção do estado. A declaração dos direitos humanos também classifica a família como núcleo natural e fundamental da sociedade que necessita proteção.

Apesar do reconhecimento por meio de legislações o cenário brasileiro nos mostra que as famílias precisam cada vez mais de atenção e cuidados no que diz respeito à prática das leis em vigor em benefício dos núcleos familiares.

Embora haja reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da política nacional de assistência social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (BAHIA, 2006).

A ordem econômica de hoje, as relações de trabalho interferiram nas configurações das famílias. Observamos famílias menores, monoparentais, reconstituídas e nos mais diversos arranjos. Os provedores nem sempre são os pais muitas mães são chefes de família. Observamos também avós que já criaram seus filhos e hoje criam os netos. Os problemas de moradia e o empobrecimento também interferem no núcleo familiar. Corriqueiramente as famílias precisam mudar em busca de locais de moradia e/ou trabalho.

Os jovens acompanhados pelo projeto vivem essa dificuldade de moradia, as casas são muito precárias e não oferecem condições adequadas de desenvolvimento. As famílias a muito vulnerabilizadas se concentram nas necessidades primeiras de alimentação e moradia.

Sem condições de sustentabilidades o cuidado com a criança e/ou adolescente fica em segundo plano, infelizmente as famílias pouco acesso a informação e de baixa escolaridade reproduzem o que viveram ou o que viram outras pessoas fazerem com seus filhos nos meios que vivem.

A política de assistência social compõe o conjunto protetivo da seguridade social unida a universalidade. São considerados os aspectos socioculturais das famílias, uma vez que esse determina padrões. Inclusive a política de assistência tem papel emancipatório no que diz respeito a imposições sociais e estereótipos.

Busca-se uma interpretação mais ampla do que a estabelecida na lei, já que não é somente o beneficiário que possui dificuldades de subsistência, sua família também possui.

Dentro do princípio da universalidade, portanto, objetiva-se a manutenção e a extensão de direitos, em sintonia com as demandas e necessidades particulares expressas pelas famílias. (BAHIA, 2006).

Além disso, a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos. A efetivação da política de Assistência Social, caracterizada pela complexidade e contraditoriedade que cerca as relações intrafamiliares e as relações da família com outras esferas da sociedade, especialmente o Estado, colocam desafios tanto em relação a sua proposição e formulação quanto a execução. (BAHIA, 2006).

Nesta sessão trataremos das crianças em situação de rua e como se deu o processo de tantas crianças e adolescentes nesse contexto de alta vulnerabilidade negação de direitos. Nos tópicos anteriores discutimos o processo de precarização

continua pela qual as famílias e as crianças foram submetidas ao longo das décadas. Os processos políticos e sociais contribuíram fortemente para que a situação de crianças e adolescentes culminassem nas ruas. Após a leitura será possível entender como se desenvolve essa expressão da questão social no Brasil fazendo uma correlação com a PNAS.

2.3 AS CALÇADAS COMO MORADAS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E INTERFACES COM A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)

Em meados de 1980 as crianças que viviam nas ruas foram denominadas “menores de rua”. As pessoas que circulavam nas ruas e nos espaços públicos se incomodavam e rapidamente crianças e adolescentes nessas condições se tornaram um problema. Com o passar dos anos as drogas como o crack agravariam a situação já vulnerável dessa camada social. Hoje em dia as crianças e adolescentes em situação de rua ainda são vistas como um problema.

As ações de acolhimento institucional realizadas pelo Estado tem pouca resolutividade como resposta dessa expressão da questão social, essas ações são claramente higienistas. Segundo Rizzini (2003) o problema não está nas crianças e adolescentes, a autora salienta que elas são o resultado das desigualdades pelas quais foram e são submetidas. A situação de rua apresenta o agravamento da violação de direitos.

Como descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente, essa população tem violados os direitos à vida e à saúde (capítulo 1); à liberdade, ao respeito e a dignidade (capítulo 2); à convivência familiar e comunitária (capítulo 3); à educação, à cultura do esporte e ao lazer (capítulo 4); de ser considerada em sua privacidade, autonomia e identidade (art.17); de não estar em situação vulnerável para diversas formas de exploração (art.18), viver e trabalhar nas ruas significa o não exercício de todos os direitos. (BELLENZANI; MALFITANO, 2006).

Ao final da década de 1990 as crianças e adolescentes foram divididos pela literatura em dois grupos, meninos(as) na rua e meninos(as) de rua. Segundo Rizzini

(1991) a maior parte dos meninos (as) encontrados na rua faziam parte do primeiro grupo. Esses meninos e meninas trabalham na rua para complementar a renda familiar. Vendem balas, engraxam sapatos, entre outras atividades. A maioria deles possuem residência e voltavam para casa com frequência.

O segundo grupo dormia na rua e via de regra fazia uso de drogas e realizavam pequenos furtos e pediam dinheiro. Esses meninos(as) ou abandonaram sua família ou foram abandonados por ela. Gradualmente a rua se transformava na principal referência de vida. Segundo Rizzini (2003) o avanço das pesquisas demonstra o processo de apropriação da rua com um dos motes de construção de identidade da criança e do adolescente. Por mais importante que sejam os fatores como situação familiar e/ou condições de pobreza, sozinhos eles não podem explicar o fenômeno. A trajetória da criança e adolescente é o elemento principal que permite compreender sua relação com a rua.

Rizzini (2003) destaca que o termo “situação de rua” carrega em si o caráter processual da vida nas ruas. “para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que se tratam pessoas de rua, que não tem outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade” (Giorgetti, 2006, p 20). Essa denominação tem por mérito a importância dada a história de vida de cada criança, “respeitando suas individualidades e a dinâmica intrínseca de suas realidades de vida” (PALUDO; KALLER, 2008, p.44).

Segundo Ricardo Lucchini (2003, p.199) a rua e vista pela criança como um espaço de autonomia e liberdade. Com o passar do tempo a criança se dá conta da precariedade e posteriormente se desilude com a vida nas ruas.

Consta como objetivo da PNAS realizar de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de

deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2005).

A proteção social básica visa garantir entre outras coisas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem foco na população que vive em vulnerabilidade social. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada PNAS (2005).

A política nacional de assistência em conjunto com o ECA garante ao público alvo desse estudo (crianças e/ou adolescentes em situação de rua) as prerrogativas legais para acesso as políticas de assistência. As populações em situação de rua apesar de contarem com a legislação que as assiste não conseguem usufruir dos seus direitos de maneira integral. Segundo censo realizado pelo IBGE a cidade de Salvador possui 2.921.87 pessoas em situação de rua. Saliento que esse número é o total considerando adultos e crianças. A pesquisa foi realizada em julho de 2015.

A essas pessoas estão sendo negados os direitos constitucionais de acesso a saúde, moradia e educação de qualidade de responsabilidade do Estado. As crianças marginalizadas sem a acesso à cultura, com vínculos familiares frágeis e moradias precárias engrossam as estatísticas e demonstram a incapacidade estatal no comprimento primeiramente a constituição e posteriormente ao ECA e as demais políticas de assistência garantidas.

O artigo 23 da LOAS discorre que entendem-se por serviços assistências as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei. Parágrafo único. Na organização dos serviços será dada prioridade à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir o disposto no artigo 227 da Constituição Federal e na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (LOAS, 2005).

Os programas de moradia provisória oferecidos pelo Estado como bolsa aluguel, pensão social tem como abrangência também a população em situação de

rua. Para além disso, se um grupo de moradores ocuparem pacificamente sem oposição do dono qualquer imóvel para fins de moradia poderão buscar judicialmente o direito a posse.

Com o fim da ditadura as desigualdades pelas quais as crianças e adolescentes estavam submetidas ficaram evidentes. Nesse contexto os movimentos sociais se mobilizaram em busca de melhorias e garantias de direitos para essa camada social a muito marginalizada.

A política nacional do bem-estar do menor foi responsável por levar inúmeras crianças as ruas. A maneira de trabalhar da Febem promovia o horror entre adolescentes que se viam internados em medidas disciplinares. Como resposta ocorriam grandes rebeliões com fugas, barbárie e queima de colchões.

Diversas instituições se uniram em prol da causa das crianças e adolescentes. Destacam-se o movimento nacional de meninos e meninas de rua no Brasil (MNMMR), a comissão nacional “criança constituinte”, a UNICEF e o fórum nacional de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Essas instituições foram responsáveis pelo debate sobre o tema em todo o Brasil.

Segundo Jesus (2016) foram realizadas audiências públicas, reuniões, congressos e seminários associados a uma intensa mobilização por parte das próprias crianças e adolescentes. Como resultado dessa grande mobilização foi realizado em Brasília no ano de 1989 o II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de rua, na oportunidade foi feita votação simbólica no congresso nacional pela aprovação do estatuto.

Em 1990 temos a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O estatuto “se funda em três princípios: o da cidadania, o do bem comum e o da condição peculiar de desenvolvimento”. (GOHN, 1997, p.127). Surgiu objetivando mudar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor no Brasil, tendo como base doutrinária a Proteção Integral a todas as crianças e jovens do país, que passaram a ser considerados sujeitos de direitos não mais ‘objeto de proteção’. (POLETTI 2012).

O artigo 4º do estatuto prevê que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

Essa legislação é um avanço no que tange os direitos da criança e do adolescente no Brasil. Ela propõe ações concretas para casos confirmados de violência. O estatuto determina criação de “serviços especiais de prevenção e atendimento médico psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abusos, crueldade e opressões” (BRASIL, 1990, p.57).

O ECA exige dos governos federais, estaduais e municipais a implementação de políticas públicas direcionadas as crianças e adolescentes. Em seus 267 artigos, assegura todos os direitos que concernem as crianças pleno desenvolvimento independente da classe social.

Nesse contexto as organizações do terceiro setor antes mesmo da promulgação do ECA já atuavam em respostas a manifestações da questão social. Mesmo com a legislação que obriga e garante direitos, o Estado não possui “braços” para alcançar todas as demandas sociais. As ongs tem papel crucial como organizações de amparo a crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade e também como instituições que cobram do Estado os direitos já previstos em lei.

3 UMA TERRA, UM SONHO: A TRAJETÓRIA DO PROJETO AXÉ E SUA PRÁTICA COM FAMÍLIAS COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO

3.1 O PROJETO AXÉ E O ATENDIMENTO AOS EDUCANDOS E SUAS FAMÍLIAS

O Centro Projeto Axé foi criado em 1990 com o objetivo de atender demandas de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Salvador. A instituição tem 26 anos de história. Durante sua trajetória já resgatou milhares de crianças das ruas e promoveu a reintegração social e familiar.

O Projeto Axé conta com duas unidades de atendimento e uma sede que se divide em operações e atividades. A estrutura é satisfatória a proposta, na unidade central tem o centro de formação, que conta com uma biblioteca e com espaço para atividades, tanto com os educandos, como com as famílias. Neste espaço também são realizados encontros, formações e o Bazar Axé.

A estrutura dispõe ainda, da unidade do Pelourinho e da unidade da Baixa dos Sapateiros. As unidades se dividem em arte educação e dança, ambas possuem cozinha, salas de aula, banheiros e espaço para refeição, além da gerencia.

O Projeto Axé possui seis assistentes sociais, que são contratadas como educadoras, porém exercem atividades que norteiam a função. Duas estão na educação de rua, três na equipe de família e uma na arte e educação. O assistente social acompanha a criança desde processo de entrada no Projeto, o seu desenvolvimento e sua posterior saída. Procura entender sua história e para tanto utiliza dos instrumentos como o acompanhamento familiar e a escuta.

As expressões da questão social de interesse do Serviço Social estão em situação de total esquecimento social que as crianças atendidas pelo Axé se encontram. Mesmo quando atendidas continuam mau assistidas pela sociedade, pelo estado e muitas vezes pela família que está igualmente vulnerabilizada. O campo de atuação para o Assistente Social é vasto e complexo. O estágio é uma ferramenta valiosa para entender esse processo de atuação, pois existe uma diferença muito grande entre saber que o problema existe e vivenciá-lo na prática.

Observar a questão social em campo, as dificuldades diárias das famílias, entrar na comunidade, entender como essas pessoas vivem é primordial para interpretação da realidade e posterior intervenção.

A lógica liberal distorce as expressões da questão social, que acomete as famílias, culpabilizando-as e atribuindo as dificuldades a aspectos individuais. A realidade passa a ser “culpa” do indivíduo e este não muda sua condição por vadiagem. Dentro dessa lógica o programa com famílias compreende as problemáticas enfrentadas pelas famílias reféns da má intervenção estatal e pela não garantia de direitos previstos na constituição.

O acompanhamento familiar pretende provocar o diálogo, a fim de compreender melhor a família. Fazer questionamentos para resgate de informações importante para entender a realidade. O programa não acompanha a família para mostrar o que é melhor ou para ensinar melhores formas de conduzir suas vidas. Existe muito respeito à singularidade dos sujeitos, nosso papel é apenas ouvir o que eles têm a dizer e na medida do possível fazer questionamentos que favoreçam o diálogo.

Quando acompanhamos as famílias já no relato identificamos políticas públicas, que atendam às necessidades. Caso hajam oportunidades informamos a família como ter acesso a esse direito garantido por lei. Se verificada situação de maus tratos o axé aciona o conselho tutelar e/ou Ministério Público (MP), a fim de garantir a integridade do educando.

Atualmente o programa está com seu quadro de profissionais diminuído. Não temos mais pedagogo, supervisores, educadores específicos. Temos uma assistente social como gerente, dois educadores e quatro estagiários. Os educadores de rua atuam em conjunto com a equipe de família, quando necessário.

O acompanhamento é condição obrigatória para o acolhimento do educando na unidade. Existem exceções dada a urgência de cada caso. Os relatórios são instrumentos presentes hoje em dia, porém não tive acesso ao roteiro. A situação de grande vulnerabilidade favorece situações de conflitos familiares. As condições de moradia também são agravantes nesse processo de separação entre os educandos e suas famílias.

O trabalho da educação de rua preconiza a restituição do vínculo familiar, para tanto é respeitado o desejo do educando. Ele indica qual o familiar deve ser procurado. Geralmente voltam para a casa ou ficam com alguém que sentem seguros, essa pessoa não precisa ser necessariamente da família biológica. É necessário que o educando tenha um responsável independente de laços de consanguinidade. Infelizmente caso não seja encontrado nenhum familiar ou responsável o educando é encaminhado para abrigo institucional. Nesses casos o Projeto Axé continua atendendo o educando através de acompanhamento institucional.

Da fundação do Projeto Axé até hoje foram criadas políticas de assistência que contemplam as famílias e os seus dependentes. A criação da constituição, do ECA, da PNAS, PNCFC, SUAS E LOAS foram marcos para garantia de direitos. Ainda que o Estado não os efetive de maneira integral temos instrumentos para cobrar. Além disso, as várias configurações de famílias passaram a ter maior visibilidade social.

As famílias brasileiras experienciam uma maior diversidade de arranjos sexuais, novas tecnologias reprodutivas, um aumento das mulheres na força de trabalho, mudanças nos papéis de gênero, elevadas taxas de divórcio e mais nascimentos fora das uniões. Tudo isto oferece a falsa impressão de que as famílias estão desestruturadas, ameaçadas ou mesmo desaparecendo, quando de fato, estas demonstram, uma vez mais, sua enorme capacidade de adaptação e de mudança (GOLDANI, 1993).

Os novos modelos familiares são constituídos por diversos fatores sócio econômicos e culturais que interferem na dinâmica e na composição familiar. Destacam-se entre esses fatores a entrada das mulheres no mercado de trabalho, crescimento das famílias monoparentais, convivência intergeracional, recasamentos e novas uniões, mediante simplificação dos processos de separação, redefinição do papel masculino e feminino, bem como expressão da sexualidade (ACOLHENDO FAMÍLIAS NO AXÉ, 2010).

Segundo Vitale (2000), merece atenção a questão da família monoparental que, no caso das famílias dos educandos do Projeto Axé, são majoritariamente femininas, havendo um significativo número de famílias chefiadas por avós. Está é

uma característica que marca as famílias pobres brasileiras, constatado em dados censitários. Vitale (2000) salienta com base nos dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (SEADE), “a dimensão da pobreza se aprofunda quando vinculamos monoparentalidade, risco e etnia” (VITALE, 2000, p.51).

As políticas públicas apesar de implementadas não respondem adequadamente as demandas da sociedade. As famílias vivem pressionadas pela falta de emprego, baixa qualificação profissional resultado da baixa escolaridade e dificuldades de sobrevivência. Segundo o caderno acolhendo famílias no Axé (2010):

A situação se agrava com a reprodução deste ciclo da exclusão, na medida em que seus filhos estão submetidos a rupturas educacionais – índices elevados de repetência e evasão escolar, associado à precariedade dos demais serviços: saúde, moradia etc., além de muitas vezes envolverem-se com o consumo de drogas, constituindo-se em presa fácil do tráfico. (PROJETO AXÉ, 2010)

As situações descritas acima constituem o cenário que promove os conflitos familiares, a violência e o abandono. As crianças e adolescentes inseridos nesse processo acabam indo para as ruas. As famílias tem o desafio de tentar preservar o vínculo e a harmonia familiar mesmo em condições de tamanha vulnerabilidade. O apoio da rede composta por serviços governamentais e não governamentais é fundamental para assegurar os mínimos sociais por meio de programas de renda, habitação, apoio psicossocial.

Dados do censo 2000 revelam que enquanto cresce a proporção das famílias monoparentais femininas – de 15.1 em 1992 para 17.1 em 1999 – diminui a proporção daquelas compostas apenas pelo casal com filhos. (VITALE, 2000, p.49).⁴

Segundo o caderno acolhendo famílias (2010) os principais objetivos da gerência de família são reforçar os vínculos afetivos, esclarecer o desempenho de

⁴ Fundação Sistema de Análise de Dados – SEADE.

papéis, (em muitos casos alternados) através de acompanhamentos que permitam compreender os percalços vivenciados pelas famílias.

As dificuldades estão diretamente ligadas ao desequilíbrio emocional, baixo rendimento escolar e a má relação entre os membros do núcleo familiar. No sentido de pensar intervenções, a gerência começou a realizar grupos de discussões com interesse da instituição e das famílias “para discutir estratégias de sobrevivência e desenvolver atividades que propiciem a inserção cultural das famílias”.

O desafio é superar a tendência de que “a maioria dos programas voltados para a família atua de maneira assistencialista ou paternalista, colocando a família como objeto de atenção e de ação. Mesmo os mais bem estruturados, dirigem-se à família com a postura de dar ou de ensinar, o que não deixa de ter aspectos positivos, mas que acaba na perpetuação da situação de eterna receptora (de ajuda, de orientação, de apoio etc.) em que sempre foi colocada a família dos setores populares” (LA ROCCA, 1995).

Assim notamos que a crise social vivida há várias décadas agravou os níveis de empobrecimento e exclusão social ampliando o campo da miséria e pobreza. Nesse sentido o Projeto Axé, reitera sua função social, na perspectiva do acompanhamento familiar, tema este proposto neste estudo.

As famílias pobres são as mais penalizadas pelas críticas condições de saúde, saneamento, moradia etc. Nesse sentido o programa tem como pressuposto, também, encaminhar/informar aos familiares sobre os serviços existentes na comunidade e orientá-los para o seu uso de forma crítica bem como os fortaleces para pressionar a melhoria dos mesmos. (ACOLHENDO FAMÍLIAS NO AXÉ, 2010).

3.2 LINHAS DO TEMPO: TRAJETÓRIA DE TRABALHO COM FAMÍLIAS NO PROJETO AXÉ

Abaixo sintetizamos com uma linha do tempo representativa, os grandes marcos do Projeto Axé de 1996 a 2016.

TRAJETÓRIA DA GERÊNCIA DE FAMÍLIA JUVENTUDE E COMUNIDADE							
06/1990	09/1990	1992	12/1990	1996	1999*	2000 ⁵	2006*
Atendimento na Rua	Pensão para Dormir	Encerramento da Parceria com Pensão	1ª Unidade	Início da Gerência da Família	Ampliação do Atendimento Familiar	Seminário sobre Criança e Adolescente	Grupo Nacional para Discutir o Tema

Gráfico 01 – Linha do tempo do Projeto Axé

Segundo Eliane Rodrigues (2016) co-fundadora do Projeto axé, desde o início havia uma preocupação com a relação entre a instituição e as famílias. Segundo ela era muito claro o que não se queria fazer.

A assistente social faz referência a instituições assistencialistas e religiosas que cuidavam das crianças tendo como principal solução abrigos e distanciamento da família.

Quando os trabalhos na rua começaram havia um incômodo muito grande por parte da equipe, que essas crianças e adolescentes permanecessem nas ruas, a entrevistada se recorda que em meados de 1990 havia meninos na piedade que não tinham contato algum com a família. Esses meninos e meninas tinham por volta de 14 anos e já viviam nas ruas desde oito anos de idade. Além do óbvio problema de quebra do vínculo familiar, havia a questão escolar que seria inviabilizada se eles continuassem nas ruas.

Nesse sentido a equipe começou a pensar estratégias para vencer esse obstáculo e tirar essas crianças das ruas. Apesar dos esforços como estavam há

⁵ Anos estimados para ocorrência dos fatos.

muito tempo na rua não foi possível estabelecer contato com todas as famílias. A primeira tentativa de retirar as crianças das ruas foi uma pensão. Eliane Rodrigues relata que encontraram uma senhora disposta a receber os meninos apenas para dormir e o Projeto Axé arcava com as despesas.

Constituiu-se na pessoa de Dona Rita a primeira parceira do Projeto Axé nesse desafio de dar abrigo a esses meninos e meninas. A equipe ficou com receio, pois se tratava de meninos com históricos de pequenos roubos e uso de drogas. A entrevistada salienta que era um trabalho delicado, pois o diálogo com o juizado era muito precário.

A educação de rua chegou a trabalhar simultaneamente com seis a oito meninos e meninas com idades entre 13 e 15 anos. O juizado colocava nas ruas os comissários de menores que detinham as crianças e adolescentes quando havia algum problema. A década de 1990 ainda é marcada, então resquícios das décadas anteriores, onde o internamento era a opção primeira.

Os comissários faziam o papel de policiais, quando se tratava de menores, Eliane Rodrigues salienta que o trabalho deles também se assemelha ao trabalho que os conselheiros tutelares realizam hoje. O juizado não contratava esses profissionais, eles se candidatavam voluntariamente, pois tinha acesso livre a cinema, coletivos, bares e restaurantes.

Os embates com o juizado também se dava por conta do juiz da época que era muito crítico e contrário ao ECA (1990). O juiz da vara da infância dificultava o trabalho desenvolvido pelo Projeto Axé. Ele era partidário da adoção e do internamento.

Mas, enfim, por conta dessas dificuldades com o juizado, o Projeto Axé e a gerência de família fez esse trabalho sozinho, sozinho. E a gente, nós educadores com a supervisão, porque a gente tinha uma supervisora. Acompanhávamos esses meninos e ia lá fazer reunião com a dona dessa pensão, essa dona dessa pensão ficou na história. (RODRIGUES, 2016).

Durante seis meses a atuação do projeto era somente na rua. Depois começou a estabelecer as parcerias com instituições, que possuíam sede e poderiam oferecer atividades para os educandos. Foram estabelecidas parcerias com o Ilê Aiyê, com o Olodum, teatro Castro Alves entre outras instituições. Mais tarde houve também

parceria para oferecer aulas de dança e com o circo picolino. A experiência no circo transformou vários educandos em instrutores de arte educação.

O Projeto Axé custeava o transporte e o lanche dos meninos. Além, de educadores para auxiliar nas atividades. A primeira unidade do Projeto Axé foi a OPA, que trabalhava com reciclagem. La Rocca (1995) foi aos poucos buscando concessão de espaços para atender os meninos. As parcerias já não estavam funcionando bem, pois cada instituição tinha sua dinâmica de trabalho e com o passar do tempo foi surgindo descompassos.

A preocupação com os registros sempre existiu e eram preenchidas fichas dos meninos e dos acompanhamentos familiares realizados. A assistente social salienta que antes os educadores de rua não visitavam as famílias como fazem atualmente. Na década de 90 o número de funcionários era bem maior. A equipe já foi de 10 pessoas na gerência de família.

A equipe contava com um profissional supervisor que auxiliava nas discussões e nas diretrizes do trabalho com famílias e os educandos. O supervisor contribuía para o crescimento da equipe, fomentava o debate para agregar conhecimento.

Em 1996 La Rocca (1995) criou a gerência de família, juventude e comunidade, este ponderou que estava gastando muito dinheiro com a pensão, havia a preocupação de assumir a responsabilidade por esses meninos e meninas em uma casa particular. Mesmo com a melhoria da condição tendo um lugar para dormir os meninos ainda passavam um turno na rua e eram atendidos pelos educadores nesse período o que não era considerado ideal.

Com a sua repercussão social o trabalho do Projeto Axé passou a ser muito procurado. Criou-se, então, a demanda espontânea através, da equipe de família. Desde o início os educadores procuravam aprofundar com o menino sua história, onde estava a família e onde morava. A partir disso se procurava a família ou a pessoa que ele indicasse para negociar a volta ao lar.

Como já abordado o fundador sempre se preocupou com o restabelecimento de vínculo entre o educando e sua família. Essa preocupação se materializou na gerência visto que o trabalho ganhou forma e uma equipe responsável e focada só na garantia dessa premissa.

Segundo Rodrigues (2016) esse menino tinha uma casa, tinha uma referência de família e fazer esse trabalho de escuta, fortalecer essa família e esse menino, no sentido dele retornar para casa, então, começou assim.

Até o momento o acompanhamento familiar era utilizado para reintegrar o educando à sua família. Ou seja, era utilizado quando havia real necessidade de contato com a família para melhoria de vida do educando. O Projeto Axé sempre teve clara a importância da família e não queria ocupar esse lugar enquanto instituição.

A assistente social começou a pensar maneiras de expandir o acompanhamento familiar para todos os educandos. Neste período a gerência de família já havia se transformado em coordenação e Eliane Rodrigues já era coordenadora.

A coordenação de família chegou a ter um carro somente para as demandas com os educandos e suas famílias. Aos poucos a coordenadora Eliane Rodrigues foi aprimorando a metodologia do trabalho. O acompanhamento passou a ser pressuposto para o ingresso de meninos e meninas no Projeto Axé. Ouvir a família sempre foi de extrema importância para entender a trajetória dos educandos e seus vínculos.

Foram criados também os encontros temáticos, um momento para receber a família na unidade, falar dos meninos e de assuntos da atualidade para promover o conhecimento.

A equipe da gerência de família desenvolve expertise que traz a este processo de “olhar e escutar” elementos sinalizadores das razões que, em geral estão por trás das histórias ali desvendadas; os arranjos familiares, as rejeições e suas consequências, a fome, as ausências, motivações que fazem com que a criança e o adolescente busquem a rua via de regra, mais atrativa que o espaço familiar e comunitário, configurado como espaço de poucas ofertas. (ACOLHENDO FAMÍLIAS NO AXÉ, 2010).

A atuação da gerência de família, juventude e comunidade possibilitou maior diálogo com os responsáveis. Informações sobre a rede e os direitos tanto das famílias como dos educandos foram facilitados. A entrevistada salienta que sempre

houve preocupação com o que levar e oferecer as famílias, nessa perspectiva foi preconizado o trabalhado de orientação com foco educativo. Na década que o Projeto Axé foi fundado não havia muitos programas votados para o fortalecimento da família. Problemas como acesso a renda, moradia e saúde eram de difícil resolução.

Com a promulgação do ECA (1990) começaram a surgir várias organizações voltadas para crianças e adolescentes, acreditava-se que com a nova legislação o governo iria investir nessa área. Segundo Rodrigues 2016 a década de 90 foi o período de “correr atrás do tesouro”. Muitas ongs foram inauguradas nessa época e muitas também fecharam. A ideia era ter uma organização para receber recursos do governo. Obviamente constituiu-se posteriormente em problemas que inviabilizaram o funcionamento de muitas instituições. A entrevistada salienta que não havia muito diálogo entre as instituições por que não se podia “entregar o ouro” as ongs de modo geral desenvolveram um perfil muito individualista. Rodrigues reitera que a postura das ongs de 1990 pra cá mudou muito, fazendo referência ao individualismo citado acima.

Houve aumento das organizações do terceiro setor no ano de 1990 e a maior garantia de investimento por parte do governo. O Projeto Axé possuía uma garantia de recursos por seis anos pela organização Terra Nova da Itália. A ideia era que o Projeto Axé durasse apenas esse período. La Rocca (1995) havia idealizado um projeto, para auxiliar na garantia de direitos instituídos pelo ECA e que pudesse mostrar para a população para a sociedade e para o poder público que era possível fazer um projeto de qualidade com pouco recurso.

No decorrer desses seis anos o projeto foi crescendo e as demandas do público alvo também. Quando o recurso acabou o Projeto Axé ainda tinha muito a fazer pelas crianças e adolescentes de Salvador. A legislação de amparo a criança e adolescente apesar de ser considerado um avanço na luta por direitos, por si só não garante sua efetivação. La Rocca (1995) foi então em busca de recursos para manter o projeto funcionando. Sua articulação internacional é muito grande o que facilitou o diálogo com instituições internacionais. Não havia ainda parceria ou convênio com o Estado.

Segundo Rodrigues (2016) o Estado vem se organizando com a implantação do SUAS, com a implantação do PNAS. Atualmente o Estado tem uma ótima

organização, Rodrigues 2016 salienta que apesar do funcionamento precário a ideia dos CRAS, dos CREAS e dos CAPS é muito boa. São políticas sociais e essenciais que não devem sair das “mãos” do poder público.

Essas ONG’s criadas a “toque de caixa” (como diz a entrevistada) na década de 90 perderam muito, pois não existia muito recurso, a maior parte era do poder público tão logo ocorreu o surgimento de muitas organizações os recursos foram diminuindo. As organizações internacionais que muito contribuíam com as expressões da questão social que não eram alcançadas pelo governo tiveram seu alcance diminuído com a crise na Europa. Segundo Rodrigues 2016 essas instituições tiveram que se voltar muito mais para o seu país.

A esse respeito assim se refere Duriguetto (2011):

Ao operar, portanto, uma transferência do fenômeno real – atividades que expressam funções sociais a partir de determinados valores – para um debate sobre organizações de determinado “setor” podem dar tal resposta melhor que outras. A discussão é levada para a comparação entre instituição estatal – tratada como burocrática, ineficiente, corrupta, rígida e em crise (fiscal) – e organizações do “terceiro setor” – tidas como dinâmicas, democráticas, “populares”, flexíveis, atendendo as particularidades regionais e categoriais. (DURIGUETTO, 2011, p.306).

Para, além disso, a comunidade internacional começou a argumentar que o Brasil precisava vencer a corrupção, e que no país haviam recursos públicos mal administrados. Nessa perspectiva o continente africano e o oriente médio passaram a ter maior visibilidade para investimentos internacionais dada a escassez de recursos nessas regiões. Os investimentos internacionais no Brasil também diminuiriam.

Assim podemos analisar que a linha de tempo proposta pela autora descreve os marcos e transformações vividas pelo Projeto Axé, ao longo da sua trajetória. Da fundação até os dias atuais o Projeto é marcado por embates para garantir o que preconiza o ECA (1990) e a CF (1988). As crises econômicas nacionais e internacionais interferiram na dinâmica da instituição, porém não a enfraqueceram.

Mas especificamente sobre os investimentos internacionais mesmo na crise o Projeto Axé conseguiu manter algumas portas abertas. O presidente da instituição e

seus funcionários sempre trabalharam em conjunto para garantir os recursos necessários para manter o funcionamento do projeto.

Fez-se necessário diálogo com o Estado para obtenção de recursos através de convênios, essa relação tem sido difícil e encontra-se desgastada. A burocracia estatal aliada a má vontade política atrasam os pagamentos garantidos em convênio e interferem negativamente na instituição.

Diante da conjuntura brasileira atual, marcada pela redução significativa dos investimentos públicos nas políticas básicas, diante do drástico desemprego e precarização das famílias. Diante da perspectiva inversa ao ECA, de redução da idade penal, implicam-se risco de sustentabilidade do Projeto Axé.

De certo, que a ofensiva do governo no desmonte dos direitos sociais constitucionalmente garantidos, aumenta as manifestações da questão social e fragilizam projetos que se propõe a responder a essas demandas. Eventualmente surge o debate sobre a reformulação dos gastos públicos e a manutenção de investimentos com a ressalva que tais ações são necessárias para o crescimento do país e a retomada de oferta de empregos.

Ora, como a sociedade pode tolerar que se cortem gastos em políticas essenciais com a promessa que tal ação trará um ganho futuro. O que temos observado no país são movimentos sociais contrários, por exemplo, a PEC 241 que preconiza cortes nas áreas essenciais como saúde e educação por vinte anos. Os estudantes de todo o país estão mobilizados em ocupações contrárias a esse projeto que fragiliza ainda mais a saúde, educação e assistência social.

O Projeto Axé está imerso nesse caldo de crise política e financeira vivida no Brasil. O funcionamento na instituição está sendo ameaçado pela dificuldade na obtenção de recursos do Estado. É importante salientar que a instituição está em dia com a prestação de contas e com a assinatura do convênio. A demora no recebimento se deve a burocracia do Estado.

Atualmente o Projeto Axé recebe recursos de outras instituições nacionais e internacionais que não são suficientes por si só para garantir as atividades por todos os doze meses do ano.

Portanto em vinte seis anos de existência o Projeto Axé conseguiu manter suas portas abertas⁶ e atender milhares de crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social. Apesar do cenário desfavorável a chama que motivou a criação dessa instituição continua acessa na pessoa do seu fundador o Sr. La Rocca (1995).

3.3 O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO PROJETO AXÉ

Segundo Valente (2001) a família deve ser considerada independentemente da sua formação contexto e história, é na família que cada um inicia suas construções e significados a autora chama atenção para o reconhecimento da identidade individual e coletiva, para ela a família é a base de apoio para desenvolvimento e enfrentamento de conflitos.

Algumas iniciativas de acolhimento familiar tentam oferecer alternativas de cuidado visando contribuir para a desconstrução da cultura de abrigamento como única opção de medidas de proteção à criança e/ou adolescente que necessita ser afastada temporariamente da sua família. O acolhimento familiar possibilita a compreensão dos conflitos e o fortalecimento de vínculos, além disso, possibilita o acionamento da rede de apoio quando necessário.

Com a promulgação da Constituição Federal (1988) a família passa a ocupar outro patamar no que tange os direitos e responsabilidades com a criança e adolescente. A constituição dedica o título oito* para versar sobre família, criança, adolescente e idoso. As principais mudanças são sobre os deveres e responsabilidades a autora salienta que de acordo com o artigo 226 da Constituição Federal a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado.

Depois da Constituição outras leis surgiram para fortalecimento da família, das crianças e adolescentes, nos anos 90 temos uma importante Conquista com Estatuto da Criança e do Adolescente o ECA (1990). Com o implemento das leis e estatutos foi preconizada a permanência da Criança e Adolescente em sua família a

⁶Auto sustentar-se e resistir, diante das limitações enfrentadas.

pauperização não é mais motivo para retirar uma criança do seio familiar. O acompanhamento familiar é utilizado para aproximação e fortalecimento da família⁷.

Na década de 90 a constituição federal só tinha dois anos de existência, no ano de fundação do projeto o ECA (1990) é criado. No início das atividades do Projeto Axé o acompanhamento familiar sempre existiu e permitia a equipe uma melhor compreensão de como o educando vivia e como era o convívio familiar. Atualmente com o aumento das demandas e como a diminuição do quadro de funcionários essa prática é feita obrigatoriamente com os educandos que entram na instituição.

A equipe se esforça para atender as demandas e suprir as deficiências, vez ou outra apontadas em reuniões ou na formação. É preciso trabalhar a comunicação intersetorial, planejar as ações. Para melhor aproveitamento de tempo e recursos disponíveis.

A situação de grande vulnerabilidade favorece eventos de conflitos familiares. As condições de moradia também são agravantes nesse processo de separação entre os educandos e suas famílias.

O trabalho da educação de rua preza pela restituição do vínculo familiar, para tanto é respeitado o desejo do educando. Ele indica qual o familiar deve ser procurado. Geralmente voltam para a casa ou ficam com alguém que se sentem seguros, essa pessoa não precisa ser necessariamente da família biológica. É necessário que o educando tenha um responsável independente de laços de consanguinidade. Caso não seja possível localizar o responsável o educando é encaminhado para abrigo institucional. Nesses casos o Projeto Axé continua acompanhando o educando através de acompanhamento institucional.

Da fundação do Projeto Axé até hoje, foram criadas políticas de assistência que contemplam as famílias e os seus dependentes. Ainda que o Estado não as efetive de maneira integral temos instrumentos para monitorá-las e acessá-las. Além disso, as várias configurações de famílias passaram a ter maior visibilidade social.

Segundo Bahia (2010) "nas últimas décadas, a família tem sido submetida a processos intensos de transformação, cujo resultado é sua apresentação sob novas

⁷Compõe o título VIII da CF1988 os seguintes capítulos: disposição geral, da seguridade social, da saúde, da previdência social, da assistência social, da educação, da cultura, do esporte, da ciência, tecnologia, da comunicação social, do meio ambiente, da família, da criança, do adolescente e idoso.

e diversificadas configurações que imprimem redesenhos em seus contornos e fronteiras".

O entendimento sobre as peculiaridades das famílias no Projeto Axé, foi norteada pela prática do acompanhamento familiar. Visitar as famílias permitiu conhecê-las melhor e a partir disso as intervenções partiram de pressupostos observados ao longo desse processo.

A ação junto as famílias dos educandos do Projeto Axé tem buscado desmistificar o conceito de "meninos e meninas de rua". Esse é um conceito que precisa urgentemente ser transformado por todos os segmentos que atuam junto a crianças e adolescentes em situação de rua que, como nos referimos no início, estão sim fora da família, fora da escola, fora da comunidade. Crianças e adolescentes sem direitos a ter direitos. (ACOLHENDO FAMÍLIAS NO AXÉ, 2010).

No fragmento acima somos convidados a refletir sobre os porquês dessas crianças e adolescentes estarem em situação de rua e vulnerabilidade. A ideia é mudar a perspectiva, afinal, se esta na rua claramente tiveram seus direitos sociais e constitucionais negados.

De acordo com Bahia (2010) o acompanhamento familiar é um importante instrumento para mudança de vida das famílias. A proposta é interligar o diálogo para favorecer a construção de novas estratégias para transformar a realidade, tendo como foco a garantia de direitos.

No bojo da análise de dados, acerca do Projeto Axé, identificamos discursos significativos ao problema tratado pela autora, abaixo referidos:

Quando o Axé buscou aprofundar o conceito de família, foi importante a criação da Coordenação de Família. A dimensão e importância do trabalho deram às unidades, a condição de poder junto com o educando ampliar o seu projeto de vida incluindo sua participação e responsabilidades no núcleo familiar. Contribuiu para os registros com maiores conteúdos e informações porque os educadores nas unidades não teriam possibilidades de conhecer a realidade em que os educandos viviam em suas comunidades. Hoje a Coordenação de Família tem um papel fundamental na sistematização do projeto de vida dos educandos. (FLORISVALDO CRUZ- Ger.Ed. de Rua)

Sem dúvida o trabalho na Coordenação contribuiu ainda mais para ampliar minha compreensão sobre este primeiro grupo social a que o

individuo pertence. Cada acompanhamento familiar realizado, cada contata com as famílias atendidas no Axé, seja nas unidades, nos encontros temáticos ou mesmo nas reflexões sobre possíveis encaminhamentos, era um aprendizado, uma possibilidade de ter acesso, de pensar, de entender e de intervir em situações diferenciadas das que já tinham sido vistas por mim. O trabalho sempre envolvido em um ambiente de muita superação de dificuldades, reflexão e diálogo técnico possibilitaram um olhar mais atento em torno das angústias, dos medos, das visões de mundo, dos papéis desempenhados por cada membro da família e seus projetos. (GILDSONE SAMPAIO – As. Social)

Dirigir-se a casa das famílias constitui-se no eixo estruturante do trabalho da gerência de família, juventude e comunidade. Segundo o caderno acolhendo famílias (2010) as demais ações só tem resultado efetivo em razão do trabalho realizado dia a dia com as famílias.

Nos depoimentos observamos que tanto os educadores como assistentes sociais consideram o trabalho com as famílias importantes tanto para equipe quanto para os educandos. Tendo com base o ponto de partida para esse estudo observamos na fala dos profissionais a grande relevância que o trabalho da gerência de família possui.

3.3.1 A metodologia do Acompanhamento Familiar

Os acompanhamentos são realizados em dupla, esse modelo foi proposto para que tivéssemos opiniões diferentes e um maior aprofundamento sobre as famílias e suas demandas. Com o desenvolvimento da atividade o acompanhamento em dupla mostrou-se satisfatório, os registros e relatórios ficaram mais detalhados.

Segundo Bahia (2010) "a riqueza de trabalhar em dupla é enorme porque leva os educadores a buscarem formas de intervenção que atendam aos princípios institucionais de defesa e garantia de direitos".

A visita domiciliar tem sido apontada como importante veículo de operacionalização de parte de um programa ou de uma política de assistência à saúde presente na sociedade em dado momento histórico, possibilitando a concretização da longitudinalidade, integralidade, acessibilidade e a interação entre o profissional e o

usuário/família. No Brasil, o enfoque da intervenção domiciliar foi introduzido no início do século XX, por meio de práticas sanitárias trazidas da Europa, em especial por Oswaldo Cruz, Emílio Ribas e Carlos Chagas. A visita domiciliar constituiu estratégia no combate às doenças transmissíveis daquela época. (CUNHA, 2013)

O Projeto Axé adaptou o modelo tradicional de visita domiciliar a sua necessidade, a visita preconizada pela instituição tem como principais objetivos a reintegração da criança a família, conhecer a realidade, e fomentar o conhecimento e garantia de direitos.

Portanto, a metodologia tem alcançado as famílias e é vista por elas como uma forma de apoio e fortalecimento de vínculo, de acordo com o caderno acolhendo famílias (2010) todos são beneficiados.

3.3.2 Desafios para a boa prática do Acompanhamento Familiar

Segundo Bahia (2010) a gerência de família tem como desafio promover ações que garantam a continuidade do acompanhamento familiar. Favorecer maior integração entre os setores da instituição, para melhorar o atendimento as famílias e aos educadores. Nessa perspectiva constitui-se desafio para gerência de família pensar projetos que aproximem educando e famílias.

Refletindo o papel dos educadores nesse processo o caderno acolhendo famílias no Axé referencia:

Integrar os demais educadores no processo de acompanhamento familiar passa a ser também uma necessidade imperiosa para que se proporcione àqueles das unidades maior aproximação com a realidade das famílias. Entre outras providências, o projeto deve manter uma equipe capacitada, em número suficiente para atender a demanda e, cada vez mais, consolidar as ações. (ACOLHENDO FAMÍLIAS, 2010).

3.3.3O Fortalecimento do Acompanhamento Familiar Transmitindo Experiências

A realização do acompanhamento familiar exigiu sensibilidade e respeito ao limite das famílias. Segundo Bahia (2010), as famílias, possuem dificuldades financeiras que configuram obstáculo ao acesso a rede de atendimento. Cabe a equipe equacionar os entraves para garantir acesso as políticas de promoção e autonomia das famílias.

Além disso, são realizados os encontros temáticos para fortalecer o vínculo conquistado com o acompanhamento. De acordo com, o caderno acolhendo famílias (2010), os encontros temáticos favorecem a valorização do saber das famílias, assim como, alimentam a relação com a rede de serviços sócios assistenciais, na perspectiva de promover o encaminhamento das famílias, viabilizando atendimento às suas demandas.

O feedback das famílias nos encontros realizados permite que a equipe avalie e redirecione o trabalho realizado com o objetivo de aprimorá-lo. De acordo com fragmento do caderno acolhendo família a gerência de família "deve participar dos processos e encontros que envolvem as organizações formuladoras de políticas públicas, definidas pelo Plano Nacional de Promoção Proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, fortalecendo e ampliando a rede de contatos com órgãos de referência".

3.4 ANALISANDO OS INDICADORES: QUAIS QUESTÕES SÃO RESPONDIDAS PELA BOA PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Os modelos avaliativos das décadas passadas tinham caráter informativo para o Estado. Uma forma de mostrar através de dados o que era feito. Muito disso foi pensado por administradores com o intuito de aumentar a produtividade.

Boschetti (2008) chama atenção para necessidade de pensar o todo quando da elaboração e avaliação das políticas, ela nos diz que os processos se relacionam e precisam estar alinhados com a realidade. É interessante problematizar esse

pensamento com o que vivenciamos hoje em dia, as políticas ainda têm muito do tecnicismo e pouco de avaliação da totalidade.

Houve um aumento de modelos de avaliação e formas de se quantificar as políticas, principalmente com interesse em evidenciar o Estado e suas intervenções. A autora nos fala da necessidade de entendimento desses processos e de que forma a política pode cumprir seu papel no que tange as vulnerabilidades sociais.

Obviamente que os modelos de avaliação que privilegiavam demonstrar situações isoladas, não correspondiam ao real impacto das políticas e nem tão pouco as necessidades e vulnerabilidades que deveriam ser alcançadas. A autora ressalta a importância de considerar o capitalismo e por consequência os problemas sociais que ele ocasiona. Já em 1970 as teorias acerca das políticas sociais como resposta as demandas da questão social surgem, porém, de maneira unilateral tendo como agente principal o Estado.

Apesar do caráter focalista das políticas, a autora nos diz que esse não é o cerne do problema, a questão é o não reconhecimento da questão social e seus processos, sem essa aproximação não é possível conhecer a maioria das contradições. É preciso considerar o momento e histórico e demais fatores que dão razão de existir a política.

Considerando a natureza do capitalismo o papel do estado e das classes sociais é preciso fazer uma interlocução com a situação econômica para melhor compreensão do contexto. A inflação, as altas taxas de juros, as parcerias internacionais são fatores que transversalizam o debate sobre as políticas, programas e projetos sociais. Esse processo é imprescindível para uma boa avaliação, é preciso entender a política para que a avaliação seja fidedigna.

Originalmente as políticas sociais são elaboradas e gestadas pelo Estado. Porém, entre o final dos anos 80 e início dos anos 90 ocorre a expansão das organizações do terceiro setor. O estado descentraliza parte da sua atuação e passa a transferir a essas instituições recursos para responder a demandas sociais específicas. Temos como exemplo o Projeto Axé, a natureza da política de combate à desigualdade, o direito à moradia e condições dignas de vida previstas na constituição federal não estavam sendo alcançado pelo estado. Através de

convênios o Estado delega ao Axé parte da responsabilidade de resposta a essa expressão da questão social.

No que diz respeito aos indicadores é importante lembrar que as políticas sociais são sim seletivas e agregam um “grupo” em detrimento de outro, ora se esse é um dos pressupostos é de suma importância que a avaliação seja rigorosa. É preciso saber se os objetivos estão sendo alcançados. No caso das organizações do terceiro setor que tem convênio com o Estado, isso se dá através de prestação de contas e envio de relatórios. A manutenção do convênio depende do alcance dos resultados e destinação dos recursos para fomento da proposta apresentada em projeto.

Esse indicador revela muito quando pensamos no terceiro setor, pois, o Estado não deixa de ter responsabilidade ainda que ceda recursos a uma ong para resposta a determinada demanda social. Vejamos o Projeto Axé, ainda que a instituição trabalhe em prol da retirada de crianças e adolescentes das ruas o Estado precisa cumprir o que manda a lei para que essas crianças tenham condições dignas de vida. A abrangência é medida considerando nesse caso o conjunto das atuações.

Estima-se hoje, no Brasil, que existam cerca de 400 mil organizações não governamentais (ONGs) registradas e cerca de 4 mil fundações (cf. exame, 2000:23 – a partir de dados da FGV – SP). Praticamente 60% dessas entidades associadas à Abong (Associação Brasileira de ONGs) foram fundadas a partir de 1985, mostrando uma realidade historicamente nova no nosso país – 15,4% dentre elas são “novíssimas”, tendo sido criadas de 1990 a fevereiro de 1994. Apenas 21% delas foram fundadas na década de 70. (LANDIM, 1998, p.59).

Esse critério é o que delimita o público que terá acesso a determinada política. Na prática é sempre muito difícil, quando eu digo a prática não me refiro a elaboração da política em si, digo a respeito da sua implementação. Estar na linha de frente e dizer que o cidadão não pode ter acesso porque ganha 80 reais por mês, mas a política prevê acesso só a quem ganha 78. Volta-se ao debate acerca da necessidade de se considerar o contexto e a singularidade do sujeito.

Articular as políticas é preciso, principalmente quando lidamos com as mais focalizadas. Além disso, o cidadão é um todo integrado de necessidades, não é

possível dissociá-lo. No Projeto Axé não conseguimos integração da criança sem o apoio da família ou responsável. Em 90% dos casos essas famílias precisam ter acesso a programas de transferência de renda, BPC, informações sobre saúde e educação.

A análise do financiamento permite determinar onde o dinheiro foi investido, e quais foram às políticas contempladas e por quanto tempo. Esse indicador é indispensável para diversificação das políticas. No que diz respeito a experiência de estágio as principais políticas e legislações que norteiam o trabalho do Projeto Axé são o ECA (1990), a PNAS (2005), LOAS (1993), SUAS (2011) e a CF (1988).

Tendo como base o que preconiza a análise de indicadores foi realizada uma pesquisa quantitativa por amostragem com os educandos do período vespertino ativos da unidade do Pelourinho, durante o processo de estágio⁸ foi possível identificar ações realizadas pela gerência de família em conjunto com a equipe, bem como o público analisado se comportou perante esses indicadores. No gráfico abaixo temos os itens pesquisados:

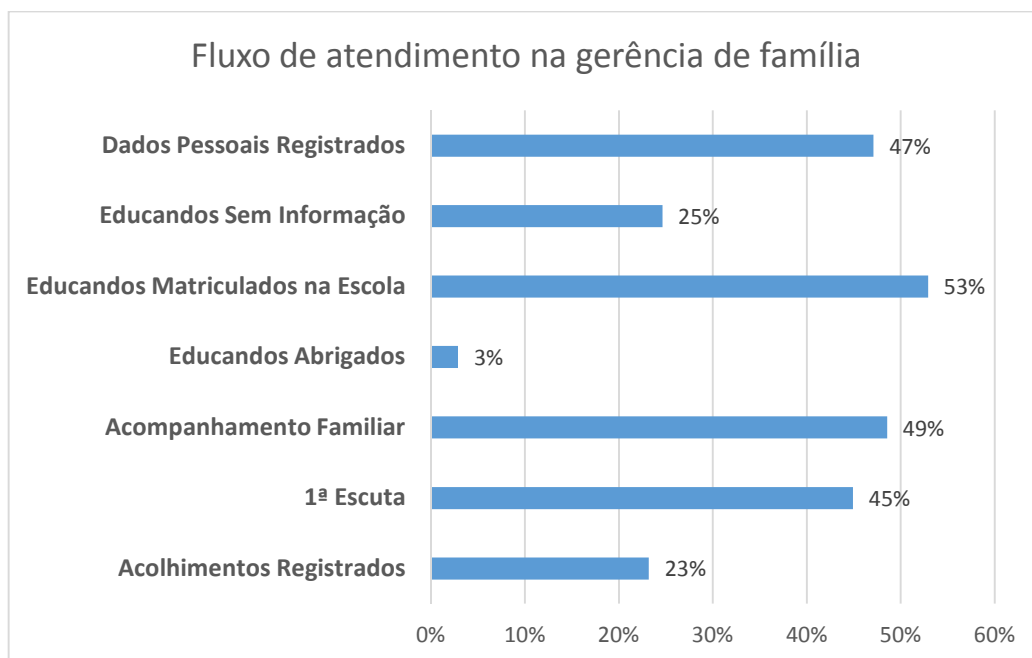


Gráfico 02 - Fluxo de atendimento na gerência de família

Fonte: Informações retiradas do projeto de intervenção* aplicado em 2015 no campo de estágio. Acolhimento

⁸No referido projeto foram analisadas informações em pasta de 138 educandos do Projeto Axé como forma de compreensão da dinâmica da gerência de família juventude e comunidade.

Nota-se que apenas 23% dos acolhimentos foram registrados na pasta do educando. A partir desse dado podemos inferir que 77% do universo pesquisado estão na unidade sem que saibamos sua data de entrada. O registro das informações é parte importante do processo de acompanhamento do educando. Através dos documentos e informações registradas a gerência de família planeja ações para resposta as demandas dos educandos.

Segundo Mioto (2001) o processo de documentação e registro e de suma importância para a prática interventiva, podemos observar o pensamento da autora no fragmento a seguir:

Portanto, a documentação tem um caráter dinâmico e flexível quando se consideram suas finalidades – enquanto base para a investigação e para o direcionamento do exercício profissional. Longe de se constituir em mera burocracia no cotidiano profissional, a documentação está em constante movimento e a sua utilização está vinculada aos objetivos do profissional (de conhecer ou intervir), às exigências do trabalho profissional (atendimento direto em situações singulares, planejamento e gestão, assessoria aos movimentos sociais e organizações populares, ensino e formação profissional), ao arcabouço teórico e ético-político do profissional. (MIOTO, 2001).

No Projeto Axé o processo de acolhimento consiste na etapa de recebimento do educando em uma das unidades da instituição. Depois de realizada a escuta e o acompanhamento familiar, o educando é chamado para iniciar suas atividades. Geralmente é um momento de muita ansiedade, as crianças estão conhecendo a unidade e os novos colegas. O acesso a oportunidade de aprender também promove grande satisfação as crianças e/ou adolescente.

A pedagogia do desejo prevalece no momento do acolhimento, a escolha pela atividade é realizada pelo educando. Acompanhado de um educador ou estagiário o educando conhece todas as atividades do Projeto Axé, em ambas as unidades e escolhe a que mais se identifica.

Segundo Cândido (2000) "na prática do educador de rua, que se busca estabelecer com os meninos e meninas uma 'transferência', tornando-se objeto de desejo destes". Logo é na paquera pedagógica no contato afetoso entre o educador e o educando que se constituem o primeiro contato.

Podemos concluir que o processo de acolhimento no Projeto Axé tem sua gênese na primeira etapa de resgate dessas crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social. O acolhimento na unidade é a consolidação desse afeto a muito construído pelo educador de rua, pela gerência de família e pelos demais educadores que passam pela trajetória do educando na instituição.

3.4.1 1º Escuta

De acordo com os dados coletados 45% dos educandos pesquisados possuem registro de primeira escuta realizada. A escuta integra parte importante do processo de entrada do educando (a) no Projeto Axé. Para além da data de registro o educador preenche relatório com dados pessoais e discorre sobre a vida do menino (a). O relatório de escuta norteia a análise de recebimento ou não da criança e/ou adolescente no projeto.

La Rocca (1995) chama atenção dos profissionais que para estar no Projeto Axé a criança precisa ter alguma relação com a rua. O educador que realiza a escuta precisa identificar de que lugar vem esse menino (a) e se ele tem perfil para compor a instituição.

Posteriormente, entendendo as transformações na cidade, o Projeto Axé estendeu o atendimento a crianças e adolescentes de comunidades adjacentes que passam o dia na rua, mas que dormem em casa. O fato de terem um local para dormir não se reflete necessariamente em uma mudança na qualidade de vida dessas crianças.

Como resultado da primeira escuta tem-se relatos sobre condições de vida e moradia na comunidade. Não raro as crianças relatam que preferem ficar nas ruas devido a violência e problemas familiares.

Ela usa drogas em casa, como eu vou ficar lá... o jeito é me sair (Educando 1)

Choveu e molhou o barraco, as roupas na caixa de papelão mofaram (Educando 2)

Dormimos no tapete, eu meu pai e minha mãe, mas somos muito felizes (Educando 3)

A escuta exige um “ouvido apurado” e sensibilidade para ouvir e falar na hora certa, geralmente as crianças chegam muito tímidas e receosas, mas atingem maior espontaneidade quando se sentem seguras e acolhidas.

Para Sclavi (2000), existem estratégias para escutar, o autor divide a escuta em duas categorias. Escuta passiva e escuta ativa (arte de escutar). Segundo ele a escuta passiva é estática, controlada, objetiva e procura neutralizar emoções. Enquanto a ativa é dinâmica, aceita paradoxos, não é nem objetiva nem subjetiva e possui centralidade das emoções.

De acordo com as informações trazidas acima podemos concluir que o modelo de escuta realizada no Projeto é Axé é ativa. A partir desse instrumento procuramos construir a trajetória da criança e/ou adolescente até sua chegada à instituição.

3.4.2 Acompanhamento Familiar

Em relação ao acompanhamento familiar, considerando as 138 pastas pesquisadas só é encontrado o relatório em 49% das pastas. Esse resultado é impressionante dada a importância do relatório de acompanhamento para detalhar a situação familiar do educando e como e em que condições vive.

Ocorre que parte dos educandos ingressa no Projeto Axé pela educação de rua, no estudo foi observado uma falha de comunicação entre as equipes que permite que o educando fique na unidade sem a realização do acompanhamento e/ou que o relatório ainda que realizado não seja anexado a pasta do educando.

Já discutimos anteriormente sobre a importância da documentação, nesse caso específico a falta do relatório implica em uma supressão significativa de informações a cerca da vida do educando. O relatório detalha a situação familiar, vulnerabilidades, situações de violência se houver e todas e quaisquer informações necessárias para a prática interventiva da gerência de família.

Segundo o Caderno Acolhendo Famílias (2010)

A cada acompanhamento familiar os educadores elaboram relatório. Para os primeiros relatórios, eles seguem um roteiro para dar conta de contexto familiar, relativo a equipamentos comunitários, situação de moradia, questões com a justiça, escolaridade dos membros etc. A equipe elabora, também, levantamentos mensais, qualitativos e quantitativos, concernentes aos acompanhamentos, para visualizar os resultados. (CADERNO ACOLHENDO FAMÍLIAS, 2010)

Tendo como base o fragmento citado acima, podemos concluir que se faz necessária uma revisão dos processos para registro e arquivos documentais para melhor andamento do trabalho e intervenção junto aos educandos e suas famílias.

3.4.3 Educandos abrigados

O Projeto Axé tem como propósito esgotar as tentativas de inserção da criança e/ou adolescente em sua família seja os pais biológicos parentes próximos ou pessoas indicadas pelos educandos como cuidadoras mesmo sem laços consanguíneos. Esgotadas essas possibilidades o educando é encaminhado para um abrigo via conselho tutelar.

Além disso, o educando chega ao Projeto Axé via instituição de acolhimento, ou seja, a criança e/ou adolescentes já está abrigado e o abrigo procura o projeto para inserção desses educandos no projeto.

A institucionalização na adolescência faz parte da realidade de muitas famílias menos favorecidas, refletindo a histórica desigualdade socioeconômica presente na sociedade brasileira, bem como representa uma dimensão relevante de estudo na atualidade. O afastamento do convívio familiar remete à preocupação com as repercussões negativas para a estruturação emocional e a consequente construção de projetos de vida. Historicamente, a adolescência excluída, no Brasil, foi institucionalizada a partir de uma prática voltada para a contenção do desvio, caracterizada como discriminatória e estigmatizante. Trata-se de uma resposta a uma demanda da própria sociedade que, produzindo tanta pobreza e desigualdade social, conduz crianças e adolescentes a vivenciarem violências explícitas e silenciosas tanto no seio familiar como fora dele. (PENNA, 2012, p.69).

Considerando o universo da pesquisa em questão ficou evidenciado que o acompanhamento institucional não foi realizado. Das 138 pastas pesquisadas encontramos quatro educandos abrigados. Entre os quatro não foi encontrado registro de visita realizada a instituição. Esse público compreende 3% do universo pesquisado.

Conclui-se que, existe uma dificuldade de registro e/ou de comunicação sobre os educando que moram em abrigos e frequentam as atividades do Projeto Axé. É importante salientar que entender como esse público vive e o porquê de morarem em abrigos institucionais e de grande valia para intervenção da gerência de família.

3.4.4 Educandos matriculados na Escola

No âmbito da pesquisa ficou evidenciado que a situação escolar dos educandos do Projeto Axé é um desafio para a gerência de família e para equipe como um todo. Considerando os 138 educandos pesquisados, 53% desse público estão com matrícula ativa na escola.

Segundo a LDB (1996) em seu título primeiro,

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996)

Ainda sobre os 53% ativos e frequentes as aulas temos problemas relacionados a baixo desempenho, repetência seguida, dificuldade de aprendizagem, idade avançada e níveis escolares baixos. Alguns educandos mesmo após finalizarem mais de 80% do ensino fundamental, ainda não aprenderam a ler.

Esse dado aferido na pesquisa nos permite relacionar o objeto de estudo desse trabalho com essa manifestação da questão social. Uma vez que, a vulnerabilidade,

a violência, a dificuldade de acesso a saneamento básico e políticas públicas dificultam o aprendizado desses meninos e meninas.

No Projeto Axé os educandos tem acesso alimentação e ao um ambiente propício ao aprendizado. É importante salientar que o Projeto Axé não pretende suprir o papel da escola ou da família. As crianças e/ou adolescentes se sentem a vontade para tirar dúvidas com os educadores quando tem oportunidade e são incentivados pela gerência de família e pelos educadores a persistirem nos estudos.

Estar na escola é pré-requisito para frequentar o Projeto Axé, porém dada as dificuldades de supervisão, alguns educando param de ir a escola e o a equipe só toma conhecimento quando relatada por educando ou quando do acompanhamento ou escuta. Observamos aspectos para aprofundamento sobre as questões já discutidas nesse estudo que contribuem para a baixa permanência na escola. Como resposta a esse dado a gerência de família tem feito o acompanhamento escolar. Esse trabalho consiste na solicitação de documentos que comprovem a matrícula na escola, posteriormente é feita uma vista na instituição para verificação de frequência e garantia desses educandos na escola.

3.4.5 Educandos sem Informação

Das 138 pastas pesquisadas 25% não continha informação alguma dos educandos, ou seja, não foi encontrado nenhum registro, nenhum documento ou relatório das crianças e/ou adolescentes.

Essas informações causaram impactos na equipe. Foram mobilizados funcionários para revisão e organização das pastas de modo que nenhum educando ficasse sem registro. A gerência de família na pessoa de Luana Régis lançou comunicados solicitando aos responsáveis que mandassem os documentos dos educandos para compor a pasta.

Verificamos se os relatórios estavam na unidade central, ou digitalizados para compor o registro documental. Ainda não chegamos ao patamar ideal, porém estamos em busca dele. O estudo realizado apontou um grave problema no que diz

respeito a arquivo das informações dos educandos, foi gratificante observar a resposta da equipe para resolver o problema.

A autora Rapoport (2013) doutora em psicologia reflete as dificuldades de aprendizagem considerando o meio social. Para tanto ela faz referência ao trabalho desenvolvido pelo pesquisador Lev Vygotski (2013).

São muitos os estudos que tratam da influência do meio sobre o desenvolvimento e a aprendizagem infantil. Dentre eles destaca-se o trabalho do psicólogo e pesquisador Lev Vygotski (1896 – 1934), que estendeu seus estudos a respeito deste assunto. Para este autor não se pode negar a relação entre desenvolvimento humano e ambiente, sendo que criança e ambiente influenciam-se mutuamente (RAPOPORT; SARMENTO, 2009). Sendo assim, de acordo com os estudos realizados por Vygotski, crianças que se desenvolvem em ambientes desfavoráveis, que presenciam e sofrem práticas violentas em família, com pouco estímulo por parte dos pais, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas que o meio ao qual estão inseridas lhes submete. (RAPOPORT, 2013).

Conclui-se que a gerência de família está empenhada em resolver as questões apontadas na pesquisa para aprimorar o atendimento as educandos, dada a importância dos dados para dar respostas assertivas as demandas das crianças e e suas famílias.

3.4.6 Dados Pessoais

Os dados pessoais são parte importante do registro dos meninos e meninas do Projeto Axé. Através deles localizamos as famílias, entramos em contato, temos acesso a data de nascimento e documentos necessários para manutenção dos convênios e também para resolver problemas recorrentes como perda de documentos.

Na pesquisa realizada 47% dos educandos possuíam registro de dados pessoais, ou seja, 53% mais da metade dos educandos estavam sem registro de dados pessoais na pasta. De posse dessa informação a equipe verificou quais os

educandos precisavam trazer documentos, atualizar endereço e telefone e realizou a solicitação individual.

Essa ação promoveu aumento nesses níveis de registro e mais uma vez foi uma resposta assertiva da gerência de família frente à realidade apresentada. Conclui-se que o projeto de intervenção realizado como produto da disciplina de estágio supervisionado III, logrou êxito ao que se propôs. Como resultado dos dados apresentados a gerência de família pode coordenar ações a fim de melhorar a dinâmica de trabalho.

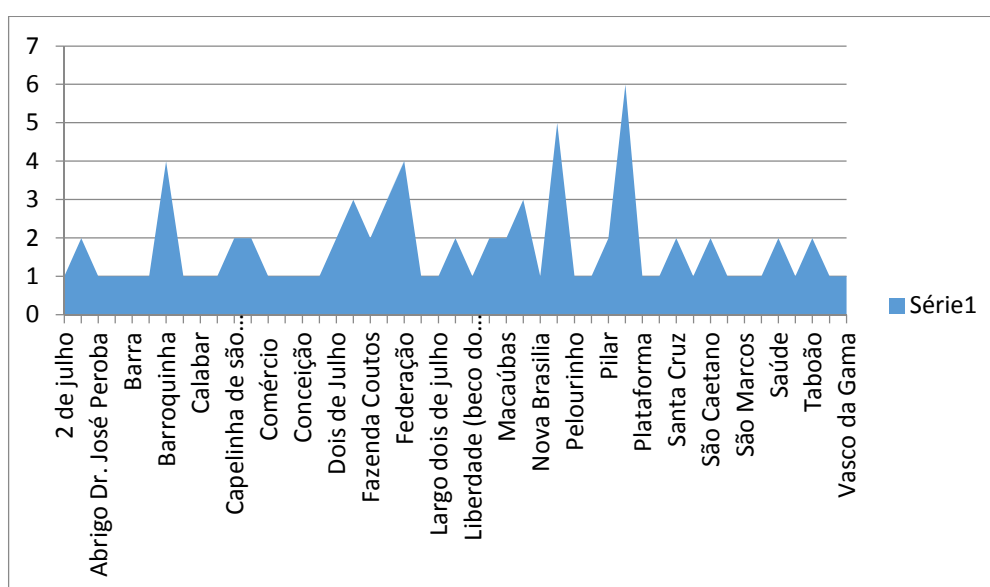


Gráfico 03 - Regiões de maior incidência de educandos

Fonte: Informações retiradas do projeto de intervenção⁹ aplicado em 2015 no campo de estágio

Tendo como base o ano de fundação do Projeto Axé, encontra-se na literatura que o percentual urbano de Salvador cresceu de 96,6% para 98,4% entre os anos de 1991 a 2007. Segundo Soares (2010) aliado a esse processo urbano está a consolidação de um complexo quadro de periferização e empobrecimento urbano.

⁹ No referido projeto foram analisadas informações em pasta de 138 educandos do Projeto Axé como forma de compreensão da dinâmica da gerência de família juventude e comunidade.

O autor salienta que Salvador é marcada por um “padrão periférico” que obedece as lógicas do capital.

A pobreza urbana tem formas claras de manifestação e concentração no cenário urbano: precarização de espaços e vias públicas, favelização, ocupações em encostas, assim como a ausência de infra-estruturas e serviços básicos. Os territórios urbanos da população pobre de Salvador, assim como os de outras cidades com mesma tipologia de desigualdade, são inexoravelmente demarcados pela lógica do mercado imobiliário, que reserva lugares específicos para a pobreza e para o pobre. Estes lugares produzidos por um Estado que se atrela aos interesses neoliberais (HARVEY, 2004, p.45.) “são esquecidos pelo poder público, redundando em espaços periféricos com urbanização precária, redutos da violência e da segregação social”. (SOARES, 2010).

Gradativamente o Projeto Axé foi ampliando seu espectro de atendimento, a cidade se transformou, os meninos e meninas de rua subiram as comunidades e a instituição os acompanhou. Observamos no gráfico que os bairros abarcados pelo Projeto Axé, são aqueles de alta densidade demográfica no que se refere a população pobre.

As comunidades de Salvador são marcadas pela violência e o baixo investimento do Estado em opções de lazer, saneamento e saúde no entorno. Para além das dificuldades de sobrevivência as famílias precisam se deslocar para acessar serviços de saúde de média e alta complexidade. A intervenção do Estado demora a chegar às comunidades, trata-se de um ciclo vicioso de desigualdade, uma vez que sem opções muitas crianças são aliciadas pelo tráfico de drogas.

Apesar da pobreza da maioria de sua população, e de uma elevada concentração de renda, mesmo para os altos padrões nacionais, o tamanho de Salvador permitiu, por si só, o desenvolvimento de uma pequena indústria urbana (alimentos, materiais de construção, construção residencial, mobiliário, gráficas) e assegurou a expansão de serviços pessoais, atraindo, inclusive, grupos econômicos não-industriais já instalados no eixo Rio-São Paulo. Esses grupos avançaram sobre setores até então controlados pelo capital de origem regional, como comércio varejista, serviços financeiros e entretenimento, impulsionando sua já iniciada modernização. Destaque-se, nesse movimento, a rápida transformação do varejo, impulsionada pela concorrência e materializada na expansão das lojas de departamento, supermercados e shopping centers, entre os

anos de 1960 e 1970. Ainda que parte desse processo deva ser associada aos efeitos multiplicadores do CIA e do COPEC, é preciso reconhecer que se tratava de inovações organizacionais difundidas nos EUA a partir dos anos de 1920, as quais, mais cedo ou mais tarde, acabariam por chegar também à capital da Bahia (INAIA, 2008, p.34).

Refletindo a citação de Inaiá (2008) observamos que para além dos problemas sócias a questão econômica de Salvador obteve crescimento. As décadas anteriores a fundação do Projeto Axé foram marcadas por empregos com baixos salários e ocupação desordenada da cidade. A essa altura o capital já mostrava seu poder, os trabalhadores não recebiam o suficiente para manter suas famílias em moradias dignas e alimentação adequada.

Os bairros evidenciados no gráfico 3 evidenciam que a prioridade foi a manutenção do lucro e o crescimento industrial, obviamente esse modelo econômico não garantiu e não garante condições equânimes de vida em sociedade. Portanto, a expansão econômica se deu à custa do aumento da desigualdade e más condições de vida e saúde da população mais pobre.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho iniciou-se com o questionamento de como se dá o acompanhamento familiar no Projeto Axé, para responder essa pergunta foi realizada pesquisa na pasta dos educandos a fim de entender o registro das informações e a ocorrência dos acompanhamentos. Ao longo da pesquisa observamos a boa prática do acompanhamento familiar na instituição e sua contribuição para o trabalho com os educandos.

Foi observado na pesquisa que a instituição possuía problemas no registro das informações. A análise documental apontou deficiência de dados pessoais. Para exemplificar o panorama encontrado, foram feitos gráficos que mostravam qual o percentual de registro de cada informação. Nesse sentido, o desafio da gerência de família juventude e comunidade será intensificar a importância do registro de dados e informações dos educandos. Foi dada a partida, a equipe se reuniu e revisou e atualizou grande número de pastas dos educandos de ambas as unidades.

Os acompanhamentos familiares, também foram intensificados, portanto o trabalho dos profissionais e estagiários logrou êxito na efetivação dos objetivos indicados nessa pesquisa.

O estudo transversaliza o acompanhamento com a historicidade da instituição e com os demais instrumentos que compõe o trabalho com famílias. Observamos como se deu as conquistas na área da criança e adolescente no Brasil e de que maneira elas impactam na promoção e garantia de direitos para essa camada da sociedade. A pesquisa afirmou as proposições que nortearam o estudo uma vez que deixa explícita a importância do acompanhamento em resposta às vulnerabilidades do público atendido pelo Projeto Axé.

Houve certa dificuldade na obtenção de dados referente ao acompanhamento familiar. A literatura aborda por diferentes aspectos a visita domiciliar. Apesar de importante somente a VD não responderia com precisão ao trabalho desenvolvido pela gerência de família juventude e comunidade. Para tanto buscou-se bibliografia produzidas pela instituição e textos desenvolvidos por funcionários.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho ficou evidente a importância do acompanhamento familiar para intervenção e garantia de direitos dos educandos.

Esse estudo pode ser ampliado verificando-se todo o universo de educandos frequentes, tendo como foco a incidência do acompanhamento.

Inicialmente realizamos o trabalho por amostragem, utilizamos apenas uma unidade (Pelourinho) no período vespertino. Podemos ampliar a pesquisa para as duas unidades (Pelourinho e Dança) em todos os períodos. A proposta é que o trabalho iniciado tenha continuidade, dessa forma a gerência de família poderá traçar o panorama do acompanhamento família tendo como base todo o universo de educandos do Projeto Axé. A ampliação da pesquisa permitirá a ampliação e aprofundamento de como o acompanhamento interfere positivamente no trabalhado com as famílias e educandos.

O trabalho do assistente social mostrou-se de suma importância para fomentar o debate a cerca da garantia de direitos para os educandos e suas famílias. A pesquisa e intervenção realizadas na disciplina de estágio permitiram observar as lacunas no processo. Como resultados teve-se o aprimoramento das ações realizadas pela gerência de família. Esse fato constitui-se em importante ganho desse estudo e do trabalho realizado pela equipe

Sugerimos que a pauta de registro e necessidade de acompanhamento familiar esteja sempre em debate nos encontros e reuniões. A planilha gerada no projeto de intervenção¹⁰ constitui importante ferramenta de auxílio, para tanto necessita ser atualizada com frequência.

¹⁰No projeto de intervenção foram analisadas informações em pasta de 138 educandos do Projeto Axé como forma de compreensão da dinâmica da gerência de família juventude e comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 01 set.2016.

_____. **Constituição de 1946**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=365199&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>>>. Acesso em: 13 abr.2016

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 07 set.2016.

_____. Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. **Sistema único de assistência social-SUAS**. Disponível em: http://prattein.com.br/home/images/stories/Assistncia_Social/Lei_SUAS.pdf>. Acesso em: 20 set.2016.

_____. Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988. **Constituição Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7689.htm>. Acesso em: 20 set.2016.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.ciesp.org.br/base/buscar-legisla%C3%A7%C3%A3o-brasileira>>. Acesso em: 20 set.2016.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 set.2016.

CARINHANHA, Joana e Penna Lucia *et al.* **Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituições de abrigamento**. Florianópolis 2012.

CARVALHO, Inaiá e Pereira, Corso Gilberto *et al.* **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Bahia 2008.

CUNHA, Marcia *et al.* **A visita domiciliar no âmbito da atenção primária em saúde**. Local desconhecido 2013.

FREITAS, Marcos Cezar *et al.* **História Social da Infância**. São Paulo: Cortez 2003.

GOLDANI, Ana *et al.* **Família Gênero e políticas públicas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios com fator de proteção**. Local desconhecido 2002.

GOMES, Pedro *et al.* **Serviço social e educação de jovens e adultos no colégio Antônio vieira de Salvador Bahia**: Formação de empregadas domésticas e melhorias observadas em seus espaços sócio ocupacionais. Bahia 2012.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

ITABORAI, Nathalie Reis *et al.* **A proteção social da família brasileira contemporânea**: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Local desconhecido: 2005.

JESUS, Elaine *et al.* **Entre o abandono e a “providência”**: A realidade histórica da infância e adolescência em situação de rua na legislação brasileira. Bahia 2016.

MOREIRA, Inaiá *et al.* **Família e proteção social**. São Paulo, 2003.

PAPALIA, Diane *et al.* **Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Artmed, 2006.

PASSONE, Eric Ferdinando *et al.* **Políticas sociais de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil**. Campinas: Neep 2010.

POLETTI, Leticia Borges *et al.* **A desqualificação da infância**: a história do Brasil na assistência dos jovens. Ucs: IX Anped Sul 2012.

PRIORE, Mary del *et al.* **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto 1999.

REIS, Ana *et al.* **Plantando Axé**: uma proposta pedagógica. Bahia, 2000.

RODRIGUES, Eliane *et al.* **Acolhendo famílias no axé**: experiência do trabalho com famílias dos educandos do projeto axé. Bahia 2013.

SOARES, Mateus Antonio *et al.* **Cidade revelada pobreza urbana em Salvador-BA**. Belo horizonte 2009.

SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho. **Instituto de Psicologia da USP**. Disponível em:

<http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=925:principal&catid=248&Itemid=92>. Acesso em: 10 set.2019.

TAILLE, Yves de La. SIBI – Sistema Integrado de Bibliotecas Universidade de São Paulo. **Biblioteca Digital da Produção Intelectual**. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/1191>>. Acesso em: 12 set.2016.

ANEXOS